DATA MERCANTIL

São Paulo



SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM √ TRANSPARÊNCIA, √ SEGURANÇA E √ QUALIDADE.

datamercantil.com.br

SÃO PAULO, *Sexta-Feira,* *04 de julho de 2025* | *edição nº 1313*

R$ 2,50

GOVERNO LULA PREPARA PACOTE COM NOVAS REGRAS PARA CRÉDITO HABITACIONAL E LINHA PARA REFORMAS

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prepara um amplo pacote de medidas para impulsionar o mercado imobiliário no país. As mudanças incluem um novo modelo de crédito habitacional, com o uso mais flexível de recursos da poupança e mecanismos para fomentar a contratação de financiamentos corrigidos pela inflação.A linha de crédito para reformas e melhorias também será incluída no conjunto de ações. Segundo técnicos envolvidos nas tratativas, o governo deve anunciar pelo menos R$ 7,5 bilhões para esses financiamentos em 2025 e um valor igual para 2026, ano eleitoral.

Auxiliares de Lula afirmam que]do Executivo, além do Banco Central e da Caixa Econômica Federal.

Na semana passada, o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, apresentou as propostas a Lula em reunião no Palácio do Planalto. Nos últimos dias, a instituição também intensificou as conversas sobre o tema com representantes dos bancos e do setor da construção.

Segundo interlocutores a par das discussões, o novo modelo de crédito habitacional prevê maior flexibilidade no uso de recursos do SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo).

Hoje, os bancos recebem os depósitos dos clientes na poupança e precisam direcionar a maior parte para operações de financiamento imobiliário, além de deixar 20% do valor depositado compulsoriamente no Banco Central. A proposta é que os bancos possam usar uma parte do que hoje está no compulsório, por um período determinado e casado com novos financiamentos imobiliários concedidos pelas instituições. Segundo um técnico, a cada R$ 1 de crédito, R$ 1 do compulsório seria liberado.

O dinheiro, porém, não ficaria carimbado como fonte de financiamento (funding) da operação de crédito habitacional. O banco poderia pegar o recurso da poupança e aplicar onde quisesse, inclusive títulos de longo prazo, desde que casado com o prazo de vencimento do empréstimo concedido. Folhapress



DESTAQUES DO DIA



BRICS vai discutir a criação de uma "moeda comum" entre os países? Entenda

Como acontece um ataque cibernético como o que desviou R$ 1 bi de contas no Banco Central



Nuudo e Feel: skincare íntimo vira aposta de startups brasileiras e movimenta mercado bilionário de beleza



Lula defende tarifas do Mercosul; Milei fala em liberdade juntos ou sozinhos

Toffoli aprova plano de devolução a aposentados do INSS com aval a pagamento fora do teto

NO MUNDO

Trump fala com Putin antes de ouvir queixas de Zelenski



Um dia antes de ouvir Volodimir Zelenski pedir a volta do envio de armas vitais à defesa da Ucrânia, suspenso pelos Estados Unidos sob a alegação de baixos estoques, o presidente Donald Trump resolveu ter uma conversa de cerca de uma hora com Vladimir Putin nesta quinta (3).

Nela, segundo o relato inicial do Kremlin, ouviu o russo reiterar seus termos para pôr fim à guerra com o vizinho e reabriu as negociações diretas para normalizar relações com Moscou. Elas haviam sido congeladas pelos EUA.

O roteiro reitera a posição pró-Moscou adotada por Trump desde que voltou à Casa Branca. Segundo o assessor presidencial russo Iuri Uchakov, o republicano voltou a dizer que espera um fim rápido para o conflito que destroça a Ucrânia desde 2022, mas parece ter ouvido o usual de Putin.

O presidente russo, disse Uchakov, afirmou que o conflito só acaba quando ele atingir seus objetivos. A considerar a lista por escrito dada a Kiev na última vez em que negociadores rivais sentaram-se à mesa, que pede de cessão territorial à realização de eleições na Ucrânia, isso pode demorar.

Além disso, os líderes falaram sobre o Irã. Putin voltou a defender uma solução negociada para a questão do programa nuclear do aliado, que foi alvejado em uma guerra inédita de Israel e dos EUA.

A quinta havia começado do algo promissora para Zelenski, com a notícia divulgada pelo jornal britânico Financial Times de que Trump iria conversar com ele. Durou pouco, com a Casa Branca e o Kremlin divulgando que haveria antes o telefonema entre os presidentes.

Na pauta do ucraniano estava o congelamento do envio de mísseis de defesa aérea Patriot e modelos ar-ar para caças F-16, além de bombas guiadas de precisão. São itens de primeira necessidade para Kiev e, embora não seja descabida a justificativa do Pentágono acerca de seus estoques, a notícia causou apreensão na Ucrânia.

Igor Gielow/Folhapress

Ataque a tiros deixa quatro mortos e 14 feridos em rua de Chicago, nos EUA

Quatro pessoas morreram e outras 14 ficaram feridas após um ataque a tiros na noite desta quarta-feira (3) em uma rua de Chicago, nos Estados Unidos.

Tiros foram disparados de dentro de um carro, segundo testemunhas. Ninguém foi preso até o momento e não há informação sobre se o crime teria sido cometido por uma ou mais pessoas.

Dois homens, de 24 e 25 anos, e duas mulheres que não tiveram idade divulgada morreram no local. As outras 14 pessoas as feridas têm entre 21 e 32 anos, segundo o canal local Fox 32.

Vítimas estavam do lado de fora de um restaurante quando foram atingidas. Elas tinham acabado de participar de um evento para ouvir um cd da rapper Mello Buckz. "Tudo o que eu posso fazer é falar com Deus e rezar", afirmou a artista em publicação nas redes sociais.

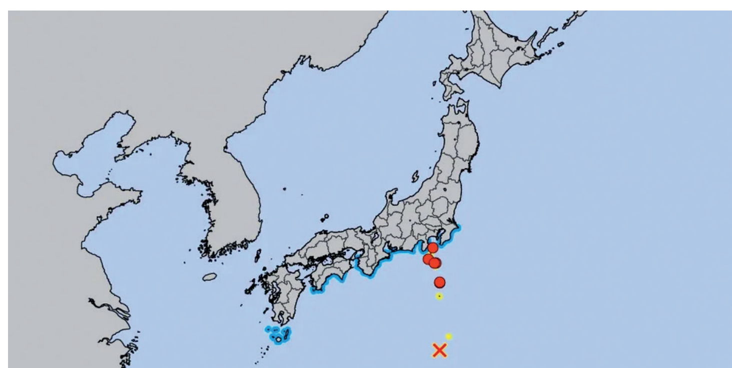
Ao todo, 11 das 14 pessoas feridas são do sexo feminino, segundo as autoridades. Uma pessoa está internada em estado grave e três em "estado crítico" de saúde. As outras 10 não correm risco de morrer.

Motivação do crime não foi esclarecida até o momento. O detetive Justin Peters pediu que aqueles que tivessem informações sobre o caso procurassem a polícia.

Ataque aconteceu na área de River North, bairro movimentado da cidade. O bar onde o evento acontecia abriu no mês de abril e a região é cheia de casas noturnas e restaurantes.

Folhapress

Ilhas no Japão entram em alerta após mais de mil terremotos em duas semanas



O arquipélago de Tokara, no sul do Japão, entrou em alerta após registrar mais de mil terremotos em duas semanas.

Tremores sequenciais - que chegaram a 1.050 - começaram em 21 de junho. O governo tem incluído na conta todos aqueles tremores de magnitude 1 ou superior, e nenhum dano grande foi causado até o momento.

Um tremor maior, de magnitude 5.5, causou a evacuação de casas nesta quarta-feira (02). Moradores da pequena ilha de Akuseki, com 89 pessoas, foram orientados a deixarem suas residências e se concentrarem em um playground da escola local, considerado um ponto seguro.

Não há alerta de tsunami ativo até agora. O tremor mais forte dessa sequência, que aconteceu nesta quarta, teve profundidade de 20 quilômetros e foi o maior que já atingiu a região da Vila de Toshima, que abrange o arquipélago.

Ainda assim, a prefeitura vai ajudar moradores que quiserem sair da ilha. À agência de notícias NHK, o prefeito da Vila de Toshima, Genchiro Kubo, afirmou que moradores de todas as ilhas que seguem tremendo vão poder embarcar nesta sexta-feira (04) de manhã (nesta quinta-feira (03) à noite, no horário do Brasil) em uma barca para a casa de parentes e familiares em outras regiões.

Ninguém ficou ferido até o momento. O alerta segue em vigor porque a chuva se aproxima do arquipélago, o que, somado a tremores de maior magnitude, pode causar deslizamentos de terra.

Folhapress

DATA MERCANTIL São Paulo

JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.
CNPJ nº 35.960.818/0001-30
Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

Tel.:11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

EDITORIAL: Daniela Camargo
COMERCIAL: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: FolhaPress, Agência Brasil, Senado, Câmara, IstoéDinheiro, Notícias Agricolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Eufrázio

ECONOMIA

BRICS vai discutir a criação de uma "moeda comum" entre os países? Entenda



A conversa em torno da criação de uma moeda comum para ser utilizada em trocas comerciais entre os países do BRICS ganhou — e perdeu — força nos últimos anos. A opção poderia questionar a supremacia do dólar americano na economia mundial e fortalecer grandes potências emergentes como a China. Na avaliação de especialistas e integrantes do governo brasileiro, contudo, a medida não deve prosperar.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), por exemplo, chegou a defender que os países do bloco (Brasil, Arábia Saudita, África do Sul, China, Egito, Emirados Árabes, Unidos, Etiópia, Índia, Indonésia, Irã e Rússia) utilizassem uma moeda alternativa ao dólar em suas transações comerciais.

Em 2024, o chefe do Executivo reforçou que a criação de uma alternativa ao dólar para comércio entre os países do bloco precisa avançar e não pode mais ser adiada, e defendeu meios alternativos de pagamento.

Apesar das falas do presidente, o embaixador Maurício Lyrio, responsável por representar o Brasil no BRICS, desmentiu durante uma entrevista coletiva em fevereiro deste ano os rumores sobre a elaboração de uma nova moeda.

A ideia também foi rejeitada por líderes mundiais como o presidente da Rússia, Vladimir Putin. Em outubro do ano passado, o líder russo classificou o tema como algo "prematuro."

No lugar, Putin propôs a criação de um sistema de pagamento entre as nações do BRICS. Com isso, o país conseguiria driblar as sanções econômicas impostas após a invasão da Ucrânia, em 2022.

Apesar do assunto ter se expandido, um consenso entre especialistas da área econômica e política é a de que ele nunca chegou a ser oficialmente discutido. CNN

Vendas de veículos novos recuam em junho, mas crescem 4,8% semestre

O mercado de veículos novos, que engloba o emplacamento de automóveis, comerciais leves como picapes e furgões, ônibus e caminhões, cresceu 4,82% de janeiro a junho deste ano, com a venda de 1.143.657 unidades. No mês, no entanto, o resultado foi negativo, com queda de 5,66% frente a maio e de 0,63% em relação a junho de 2024, com um total de 212.897 de novas unidades vendidas. Os dados foram divulgados nesta quinta-feira (3) pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave).

A venda de veículos novos, considerando-se apenas os automóveis e utilitários leves, teve um desempenho positivo de 5,05% no primeiro semestre deste ano em relação ao mesmo período do ano passado, com o emplacamento de 1.076.896 veículos. No entanto, o desempenho no mês também foi negativo, com queda de 5,69% em relação a maio e de 0,14%, em comparação ao mesmo mês do ano passado, somando a comercialização de 202.164 veículos.

Quando se considera o emplacamento de todos os segmentos somados - automóveis, comerciais leves, caminhões, ônibus, motocicletas, implementos rodoviários e outros veículos -, houve crescimento de 6,99% no primeiro semestre, com a comercialização de 2.187.738 veículos entre os meses de janeiro e junho deste ano. Na comparação mensal, entre junho e maio, a queda foi de 6,36%, com 410.602 unidades comercializadas. Já na relação com junho do ano passado, houve crescimento de 2,62%.

Um dos destaques positivos do balanço divulgado nesta quinta-feira são as motocicletas. Segundo Marcelo Franciulli, diretor-executivo da Fenabrave, o setor deverá ultrapassar 2 milhões de unidades comercializadas no decorrer deste ano, em virtude do aumento de seu uso para entregas e locomoção de pessoas.

Elaine Patricia Cruz/ABR

Como acontece um ataque cibernético como o que desviou R$ 1 bi de contas no Banco Central



O ataque cibernético que desviou cerca de R$ 1 bilhão de recursos mantidos no Banco Central na madrugada de segunda-feira (30) explorou dados de acesso de clientes, diz a empresa alvo dos criminosos, a C&M Software. A companhia é responsável pela comunicação de 22 instituições financeiras com o BC, sobretudo no âmbito do sistema Pix. Ainda não há pareceres oficiais da autoridade monetária ou das polícias Federal e Civil do estado de São Paulo que investigam o caso. Para juntar as peças por trás do maior incidente cibernético já registrado no Brasil, a reportagem consultou especialistas em cibersegurança.

Como não houve menção a programas comprometidos, por parte das companhias envolvidas no caso, foi descartado um ataque do tipo 'dia zero', em que o criminoso descobre uma brecha no código do sistema para acessá-lo mesmo sem ter permissão. Assim, a tese de que os criminosos obtiveram acesso privilegiado ganhou força.

Os técnicos também descartam falhas no sistema de pagamentos instantâneos do BC. "O Pix só processou as transferências que pareciam legítimas", diz o engenheiro sênior da multinacional de cibersegurança Netscout, Kleber Carriello.

A maior sofisticação das barreiras dos sistemas bancários levantou um debate se o ataque envolveu um acesso às máquinas da C&M Software ou se foi uma falha no servidor.

As empresas do setor financeiro adotam medidas de segurança que ultrapassam os tradicionais usuário e senha. Isso inclui autenticação multifator (com envio de mensagens ou chave física), certificados digitais e mensagens cifradas (as chamadas chaves API).No caso de grandes bancos e companhias mais consolidadas, é comum a adoção de aparelhos para armazenar as chaves e os certificados de segurança, os chamados módulos de segurança física. Trata-se de uma espécie de HD externo com as informações de acesso. Pedro S. Teixeira/Folhapress

Eufrázio

POLÍTICA

Lula defende tarifas do Mercosul; Milei fala em liberdade juntos ou sozinhos



Ao assumir o comando temporário do Mercosul nesta quinta-feira (3), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez um discurso oposto ao do colega argentino, Javier Milei.O brasileiro destacou o papel do bloco como uma casa segura em um mundo "instável e ameaçador", enquanto Milei propôs uma viagem em busca da liberdade.

É a primeira visita do líder brasileiro a Buenos Aires desde a posse de Javier Milei, que entregou a presidência pro tempore do bloco ao brasileiro, de forma protocolar e sem um encontro bilateral.Milei marcou reuniões com o presidente do Uruguai, Yamandú Orsi, e do Panamá, José Raúl Mulino. Enquanto Lula se encontrou mais cedo com o paraguaio Santiago Peña e terá uma reunião com o presidente da Bolívia, Luis Arce.

"É natural buscar refúgio onde nos sentimos seguros. Para o Brasil, esse lugar é o Mercosul", disse, na cerimônia que marca a passagem do comando temporário do bloco para o Brasil.

"Ao longo de mais de três décadas, construímos uma casa com alicerces sólidos, capaz de suportar a força das intempéries. Conseguimos criar uma rede de acordos que se estendeu aos estados parceiros. Toda a América do Sul se tornou uma área de livre comércio baseada em regras claras e equilibradas", disse Lula, em contraste com o discurso de Milei.

"Estar no Mercosul nos protege, nossa Tarifa Externa Comum nos protege das guerras de comércio exterior, a robustez de nossa institucionalidade nos credencia ao mundo como parceiros confiáveis. Não é por acaso que um número crescente de países está interessado em se aproximar de nós."Antes do discurso de Lula, ao deixar a presidência temporária do bloco, Milei diz que irá 'no caminho da liberdade' acompanhado ou sozinho.

Douglas Gravras/Folhapress

STF não tem legitimidade para decidir sobre questões de orçamento, diz Lira

O deputado federal Arthur Lira (PP-AL) questionou a legitimidade do STF (Supremo Tribunal Federal) para decidir questões orçamentárias durante participação no painel sobre "controle de constitucionalidade e separação de paredes" no Fórum de Lisboa, conhecido como "Gilmarpalooza", nesta quinta-feira (3).

Para o deputado, o Brasil "vive uma tensão como poucas vezes se viu na nossa história", passando por um "desafio da legitimidade democrática" no que toca à atuação do Judiciário nas questões do orçamento.

A declaração ocorre no momento em que o governo Lula (PT) enviou ao STF ação para reativar decreto sobre o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) derrubado pela Congresso e em meio a tensões do Legislativo com a corte em razão de decisões sobre emendas parlamentares."Os juízes, com todo o respeito, gozam quase que de vitaliciedade, não concorrem às eleições, não estão à disposição das urnas de quatro em quatro anos. Não detêm o mandato popular que legitima as decisões sobre alocações de recursos", afirmou Lira em Lisboa.

"Quando o Poder Judiciário passa a determinar, acompanhar execução orçamentária de políticas públicas, inevitavelmente adentra nos domínios reservados ao Executivo e ao Legislativo", disse Lira.

O parlamentar afirmou que dúvidas sobre a capacidade técnica do Judiciário de atuar nestas matérias são válidas, já que é preciso distinguir o que é de interesse da população.

"Nosso orçamento não cabe tudo e cabe a quem foi eleito distinguir, escolher. Porque, se escolher errado, a população o afasta, tira das urnas. O que fazer se, com todo o respeito, o Supremo Tribunal Federal prioriza tema A, B ou C ou D? Um juiz, um desembargador, não é eleito na urna".

Caroline Ribeiro/Folhapress

Toffoli aprova plano de devolução a aposentados do INSS com aval a pagamento fora do teto



O ministro Dias Toffoli, do STF (Supremo Tribunal Federal), homologou nesta quinta-feira (3) a proposta apresentada pelo governo para ressarcir as vítimas da fraude do INSS por descontos indevidos de associações e sindicatos em aposentadorias e pensões.

O ministro enviou a decisão para referendo do plenário da corte, o que deverá ser feito em sessão do plenário virtual depois do recesso do Judiciário, prevista para 15 de agosto. Ainda assim, a decisão já tem validade.

Na decisão, Toffoli dá o reconhecimento da possibilidade de o pagamento ser feito fora do teto de gastos.

Durante a audiência de conciliação, o ministro afirmou que não cabe ao STF dar essa autorização. De acordo com ele, a medida cabe ao Executivo e citou a decisão do STF de novembro de 2023 que autorizou o governo a regularizar o estoque de sentenças judiciais sem esbarrar em regras fiscais até o ano de 2026.

Na decisão desta quinta, ele retomou a mesma decisão, com o argumento da garantia dos direitos individuais.

Na apresentação encaminhada ao Supremo, a AGU reiterou o pedido para que a corte dê aval à possibilidade de fazer os pagamentos fora do teto, em nome da segurança jurídica. "A magnitude da lesao identificada, aliada a necessidade de rápida reparação aos segurados prejudicados, justifica o afastamento da programação orçamentária ordinária."

O plano de devoluções aos aposentados prevê o início dos pagamentos no dia 24 de julho. No primeiro lote, 1,5 milhão de pessoas receberão devolução dos valores. De acordo com Messias, o governo deve editar uma medida provisória para pagar aposentados e pensionistas lesados pelo esquema.

A proposta de conciliação foi construída com representantes de AGU, INSS, Ministério da Previdência, DPU (Defensoria Pública da União), MPU (Ministério Público da União) e OAB e apresentada na quarta (2) ao relator.

Ana Pompeu/Folhapress



Nuudo e Feel: skincare íntimo vira aposta de startups brasileiras e movimenta mercado bilionário de beleza



O skincare, rotina de cuidados com a pele, já faz parte do dia a dia dos brasileiros – seja passar protetor solar ou até mesmo sequências com produtos como ácidos salicílico e hialurônico, séruns e hidratantes. Prova disso é que o setor de cosméticos brasileiro movimentou cerca de US$ 27 bilhões em 2024 e deve chegar a US$ 32 bilhões até 2027, segundo dados da Associação Brasileira da Indústria da Higiene Pessoal (ABIHPEC) em parceria com a Statista. O setor de startups já está de olho nisso, e são 2.295 atuando em Saúde e Bem Estar no Brasil, conforme o Mapeamento do Observatório Sebrae Startups. Mas muitas vezes, o cuidado com a pele das partes íntimas fica negligenciado, não pela falta de produtos dedicados a estas áreas, mas pelo tabu que as envolve. Com isso em mente, o mercado de inovação avança cada vez mais nesse segmento, buscando solucionar dores de homens e mulheres no intimate care. Nuudo e Feel são duas startups que surgiram a partir dessa lacuna.

A premissa é simples, criar produtos que façam parte da rotina de cuidados íntimos dos brasileiros. A Nuudo, fundada por Lidia Cabral, empreendedora pernambucana, surge com produtos voltados ao público masculino, e o carro-chefe da startup é um aparelho de depilação importado, com lâmina de cerâmica, que evita o "puxar" da pele mais delicada.

"Quase todo homem hoje tem um aparador que ele usa no rosto e no corpo, um aparador multifuncional. Só que esses aparelhos têm uma lâmina que é muito mais dura, porque ela foi pensada para o pelo do rosto, que é mais denso. Então, quando ele usa essa lâmina convencional lá embaixo, a chance de ele beliscar e cortar é muito maior, porque os dentes da lâmina são mais espaçados", explica Lidia.

Startupi

Startups desenvolvem ferramentas financeiras para apoiar PMEs em crescimento

PMEs têm enfrentado obstáculos financeiros que limitam a expansão de suas operações. Alta de juros, inadimplência e burocracia são alguns dos fatores que afetam a sustentabilidade desses negócios. Para atender esse público, startups do setor financeiro e imobiliário vêm desenvolvendo tecnologias específicas para organizar despesas, facilitar captação de recursos e automatizar pagamentos.

Segundo levantamento do Sebrae em parceria com o GEM, somente no primeiro trimestre de 2025 foram abertos mais de 1,4 milhão de novos empreendimentos no Brasil. Ao mesmo tempo, dados da Serasa indicam que, entre os cerca de 7,2 milhões de empresas inadimplentes no país, 6,8 milhões pertencem à categoria de pequeno porte.

Nesse cenário, três companhias têm chamado atenção pela oferta de soluções práticas e direcionadas.

A Conta Simples atua com foco na gestão de despesas corporativas. A plataforma permite controle em tempo real por meio de dashboards e cartões com limites ajustáveis. A empresa atende mais de 30 mil clientes e, em 2025, passou a oferecer a Conta Global, desenvolvida em parceria com a Airwallex, com recursos para transferências em moedas diversas, sem incidência de IOF.

A proposta é fornecer autonomia às empresas que realizam transações internacionais, facilitando a operação de negócios com fornecedores, ferramentas e plataformas globais. O CEO Rodrigo Tognini destaca que a cultura de planejamento ainda precisa evoluir entre os empreendedores. Estudo realizado com a Visa apontou que apenas 9% das PMEs enxergam a gestão de despesas como prioridade de longo prazo.

Startupi



Selbetti adquire Eiprice e reforça atuação em soluções para o varejo digital



A Selbetti Tecnologia, empresa brasileira com foco em soluções integradas para transformação digital, anunciou a aquisição da Eiprice, startup especializada em inteligência competitiva para comércio eletrônico. A operação, que não teve valor revelado, incorpora a nova empresa à área Retail Experience, ampliando o escopo da Selbetti no mercado de varejo online e físico.

Fundada em 2019, a Eiprice atua com ferramentas de precificação baseadas em inteligência artificial. A plataforma desenvolvida pela startup permite acompanhar valores, promoções, disponibilidade e desempenho de produtos nos principais marketplaces, como Amazon, Mercado Livre, Magalu e Casas Bahia. Com tecnologia própria, a empresa realiza classificação automatizada de itens, enriquecimento de informações e análise de variáveis como frete e parcelamento. O histórico de preços e relatórios customizados também fazem parte da oferta.

Segundo Fernando Menezes, fundador e CEO da Eiprice, a incorporação ao portfólio da Selbetti abre espaço para expansão em escala nacional e acelera a disseminação das soluções desenvolvidas. A startup atende mais de 200 clientes de setores diversos, incluindo alimentação, cosméticos, eletrodomésticos, farmácias e varejo pet. A unidade Retail Experience da Selbetti projeta alcançar R$ 60 milhões em receita nos próximos dois anos, com base na consolidação das aquisições e no crescimento do mercado de e-commerce. A Eiprice se soma a soluções anteriormente obtidas da Pricefy, empresa voltada à comunicação automatizada de ofertas e mídia no ponto de venda.

Junior Selbach, CEO da Selbetti, destaca que a integração das soluções permite maior conexão entre ambientes físico e digital, com impactos positivos sobre o desempenho de vendas. Segundo ele, o comércio eletrônico representa cerca de 10% do total movimentado pelo varejo brasileiro, que teve crescimento de 10,5% em 2024.

Startupi

PUBLICIDADE LEGAL

Associação de Apoio e Estudo da Bilhetagem e Arrecadação nos Serviços Públicos de Transporte Coletivo de Passageiros do Estado de São Paulo – ABASP

CNPJ/MF nº 35.300.908/0001-03

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Prezados associados, Nos termos do Estatuto da **Associação de Apoio e Estudo da Bilhetagem e Arrecadação nos Serviços Públicos de Transporte Coletivo de Passageiros do Estado de São Paulo** (CNPJ/MF: 35.300.908/0001-03) ("ABASP" ou "Associação"), venho convocá-los para se reunir em **assembleia geral extraordinária** da Associação, **a realizar-se no dia 16 de julho de 2025, à Avenida Faria Lima, nº 1 47 8, 8º andar, São Paulo/SP, com primeira chamada às 14:00hs, e segunda chamada às 14:30**, considerando a reorganização administrativa promovida pelo Governo do Estado de São Paulo, por meio da qual a **Secretaria de Parcerias em Investimentos – SPI** passou a assumir as competências relativas aos Sistemas de Bilhetagem, anteriormente atribuídas à **Secretaria dos Transportes Metropolitanos – STM**, bem como a **Agência Reguladora de Serviços Delegados Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP** passou a exercer a função de órgão fiscalizador em substituição à **Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos – EMTU**, para deliberar sobre a seguinte matéria da ordem do dia: I. Proposta de alteração do Estatuto Social da ABASP, **Artigo 10º**, **Parágrafo 8º** com substituição da "**STM**" pela "**SPI**". II. Proposta de alteração do **Artigo 12º** do Estatuto Social da ABASP, em seu **inciso (iv)**, com a finalidade de incluir expressamente a **Agência Reguladora de Serviços Delegados Transporte do Estado de São Paulo – "ARTESP"**. III. Proposta de alteração do **Artigo 12º** do Estatuto Social da ABASP, em seu **inciso (v)**, com a finalidade de substituir expressamente a **Secretaria dos Transportes Metropolitanos – "STM"** pela **Secretaria de Parcerias em investimentos** – "**SPI**". IV. Proposta de alteração do **Artigo 12º** do Estatuto Social da ABASP, em seu **Parágrafo 3º**, com a substituição da **Secretaria dos Transportes Metropolitanos – "STM"** pela **Secretaria de Parcerias em investimentos** – "**SPI**". V. Proposta de alteração do **Artigo 12º** do Estatuto Social da ABASP, em seu **Parágrafo 6º**, com a substituição da **Secretaria dos Transportes Metropolitanos – "STM"** pela **Secretaria de Parcerias em investimentos** – "**SPI**". São Paulo, 03 de julho de 2025. **Fernando Manuel Mendes Nogueira** – Presidente do Conselho de Administração.

Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.

CNPJ/ME nº 02.555.926/0001-79 – NIRE 35.300.155.611

Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2025

1. **Data, Hora e Local:** Aos 30/04/2025, às 11:00 horas, na sede social da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. ("Companhia") localizada no Município de Araras, Estado de São Paulo, na Avenida Romano Zorzo, 2000, Jardim Sobradinho. 2. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404 de 15/12/1976 ("Lei nº 6.404/76"), tendo em vista a presença dos acionistas representantes da totalidade das ações de emissão da Companhia. 3. **Mesa:** Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira; Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado. 4. **Ordem do Dia:** 4.1 Em Assembleia Geral Ordinária: 4.1.1. Exame, discussão e aprovação do relatório de Administração, das contas da Diretoria, bem como das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024, as quais se encontram acompanhadas do parecer dos auditores independentes; e 4.1.2 Deliberar sobre a destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31/12/2024; e 4.1.3 Deliberar sobre a alteração do jornal de publicação dos documentos da Companhia, nos termos do artigo 289 da Lei da nº 6.404/76. 5.1 Em Assembleia Geral Extraordinária: 5.1.1 Deliberar sobre a renúncia do Diretor sem designação específica da Companhia, Sr. Helvécio Tamm de Lima Filho e eleger o diretor substituto; 5.1.2 Reeleger os Diretores da Companhia; 5.1.3 Deliberar sobre a nomeação dos auditores independentes da Companhia; e 5.1.4 Aprovar o aumento de capital da Companhia no valor de R$ 12.000.000,00, mediante a emissão de novas ações, bem como a alteração do Artigo 5º, caput e Parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia. 6. **Deliberações:** O acionista delibera o que segue: 6.1 Em Assembleia Geral Ordinária: 6.1.1 Aprovar, sem reservas, o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, e as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024, acompanhadas do Parecer dos auditores independentes emitido pela KPMG Auditores Independentes; 6.1.2 Aprovar a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2024, no valor de R$ 8.384.861,84, sendo que a Companhia não constituirá reserva legal, tendo em vista que já atingiu o limite máximo previsto na legislação, conforme artigo 193, §§ 1º e 2º da lei 6404/76; **(i)** 2.096.215,46, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, para distribuição de dividendos obrigatórios referentes à 2024, conforme artigo 18 do estatuto social da Companhia, que serão distribuídos até 31/12/2025; e **(ii)** R$ 6.288.646,38 destinados para distribuição adicional aos dividendos obrigatórios, que serão distribuídos até 31/12/2025; e 6.1.3 Aprovar a alteração do jornal de publicação dos documentos da Companhia, nos termos do artigo 289 da Lei da nº 6.404/76, passando, a partir desta data, a ser utilizado o jornal Data Mercantil. 6.2 Em Assembleia Geral Extraordinária: 6.2.1 Foi recebido e conhecido o pedido de renúncia do Sr. Helvécio Tamm de Lima Filho, ao cargo de Diretor sem designação específica, nesta data, ao qual é outorgada a mais plena, irrevogável, irretratável, ampla, rasa e geral quitação, exceto nos casos de dolo e/ou fraude. O acionista da Companhia registra seu agradecimento ao Sr. Helvécio Tamm de Lima Filho pela dedicação à Companhia no desempenho de suas atribuições; 6.2.2 Diante da renúncia apresentada, o acionista elege como novo diretor sem designação específica, para cumprir mandato de 03 anos, devendo permanecer em seu cargo até a Assembleia Geral de Acionistas da Companhia que o reeleger ou destituir, o Sr. **Walace Vinicius dos Santos Merlin**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 5.729.325-0 SESP PR, inscrito no CPF sob o nº 003.946.319-27, residente e domiciliado no município de Araras, Estado de São Paulo, com endereço comercial no município de Araras, Estado de São Paulo, na Via Anhanguera, Km 168, Pista Sul, Jardim Sobradinho. 6.2.3 Reeleger como membros da Diretoria da Companhia: para o cargo de (i) Diretor Presidente, o Sr. **Luiz Cesar Lindgren Costa**, portador da cédula de identidade RG nº 06.082.925-6 IFPRJ, e do CPF sob o nº 871.545.877-68; e (ii) para os cargos de Diretor sem designação específica, o Sr. **Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira**, portador da cédula de identidade RG nº 10.341.661-6, e do CPF sob o nº 071.000.747-70. Os Diretores eleitos na presente Assembleia terão mandato de 03 anos, devendo permanecer em seus cargos até a Assembleia Geral de Acionistas da Companhia que os reelegerem ou destituírem; O Diretor eleito e os Diretores reeleitos tomam posse em termo lavrado em livro próprio, que se encontra devidamente arquivado na sede da Companhia, no qual também declaram, tendo em vista o disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("Lei nº 6.404/76"), e as regras constantes da Instrução CVM nº 80, de 29/03/2022, para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, que (i) não estão impedidos de assumir o cargo para o qual foi eleito, nos termos do artigo 37, inciso II, da Lei nº 8.934, de 18/11/1994, (ii) não estão condenados a pena de suspensão ou inabilitação temporária, aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que os tornem inelegíveis para o cargo de administração de companhia aberta, (iii) atendem ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, e (iv) não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representam, interesse conflitante com o da Companhia; 6.2.4 Aprovar a nomeação da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. como novos auditores independentes da Companhia, na forma do inciso XI, do Artigo 8º do Estatuto Social da Companhia; e 6.2.5 Aprovar o aumento de capital da Companhia no valor de R$ 12.000.000,00, mediante a emissão de 141.509.434 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$ 0,0848, passando o capital social subscrito de R$ 2.000.000,00, dividido em 101.483.834 ações, para R$ 14.000.000,00, dividido em 242.993.268 ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O preço de emissão foi calculado em conformidade com o artigo 170, § 1º, II, da Lei nº 6.404/1976. As ações ora emitidas são totalmente subscritas e serão integralizadas pela única acionista Arteris S.A. em conformidade com o boletim de subscrição que consta como **Anexo I**. Em virtude da aprovação deste aumento de capital, o Estatuto Social da Companhia passa a ter a seguinte redação: **"*Artigo 5º*** *O capital social subscrito é de R$ 14.000.000,00, dividido em 242.993.268 ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Parágrafo 1º Estão integralizados, em moeda corrente nacional, R$ 2.000,000,00, equivalente a 14,29% do capital social subscrito."* 6.3 Aprovar a lavratura desta Ata em forma de sumário, em conformidade com o disposto no artigo 130, § 1º, da Lei 6404/76. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia Geral Ordinária, lavrada a presente Ata que, após lida, discutida e achada conforme, foi assinada por: Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado; Acionistas: Arteris S.A. (por Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Flávia Lúcia Mattioli Tâmega). Araras, 30/04/2025. **Sabrina Indelicato Penteado** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 185.912/25-4 em 16/06/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Fortec S/A Participações e Empreendimentos

CNPJ/MF nº 50.615.301/0001-06 - NIRE 35.300.000.871

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os Senhores Acionistas da **FORTEC S.A. PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS** ("Companhia") devidamente convocados a se reunirem em **11 de julho de 2025**, às 11 horas, na sede social da Companhia, localizada na Rua Cel. José Rufino Freire, nº 453, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para realização da Assembleia Geral Extraordinária, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Encerramento do Conselho Fiscal da Companhia instalado para o atual exercício social, com consequente destituição dos conselheiros eleitos, e respectivos suplentes.

Thales Lobo Peçanha - Diretor Presidente. (03, 04 e 05/07/2025)

Autovias S.A.

CNPJ/ME nº 02.679.185/0001-38 – NIRE 35.300.156.625

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de junho de 2025

1. **Data, Hora e Local:** Aos 09/06/2025, às 10:00 horas, na sede social da "Companhia" no Município de Ribeirão Preto-SP, na Rua David Capistrano da Costa Filho, 185, Jardim Ouro Branco. 2. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença dos acionistas representantes da totalidade das ações de emissão da Companhia. 3. **Mesa:** Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira; Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado. 4. **Ordem do Dia:** 4.1. Deliberar sobre a eleição da Diretoria da Companhia. 5. **Deliberações:** O acionista delibera o que segue: 5.1. Reeleger, para os cargos de membros da Diretoria da Companhia: (i) para o cargo de Diretor Presidente, o Sr. **Luiz Cesar Lindgren Costa**, brasileiro, em união estável, engenheiro civil, RG nº 06.082.925-6 IFPRJ, e CPF nº 871.545.877-68, residente em São Paulo-SP, (ii) para os cargos de Diretor sem designação especifica, o Sr. **Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira**, brasileiro, casado, contador, RG nº 10.341.661-6 e CPF nº 071.000.747-70, residente em São Paulo-SP, e Sr. **Ricardo Tozzi Gerab**, brasileiro, solteiro, administrador público, RG nº 33.822.021-5 e CPF nº 222.237.518-57, residente em Ribeirão Preto-SP. Os Diretores eleitos na presente Assembleia terão mandato de 03 anos, os quais deverão permanecer em seus cargos até a data da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia que os reelegerem ou destituírem. Os Diretores da Companhia, eleitos na forma do disposto no item acima, declaram que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração da Companhia e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as formas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, cuja declaração encontra-se devidamente arquivada na sede da Companhia; e 5.2. Aprovar a lavratura desta Ata em forma de sumário, em conformidade com o disposto no artigo 130, § 1º, da Lei 6404/76. 6. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado; Acionistas: Arteris S.A. (por Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Flávia Lúcia Mattioli Tâmega). Ribeirão Preto, 09/06/2025. JUCESP. Certifico o registro sob o nº 211.734/25-1 em 23/06/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

DM Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ/MF nº 16.581.207/0001-37 – NIRE 35.300.439.295

Ata de Reunião da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de maio de 2025

Data, Hora e Local: Aos 28/05/2025, às 09h, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, estando presentes os acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Sr. Denis César Correia, Presidente e Sr. Tharik Camocardi de Moura, Secretário. **Ordem do Dia:** 1. Aprovação da alteração do capital social de R$40.000.000,00 pela acionista DMCore Holding Financeira S.A., que passará dos atuais R$195.200.000,00, para R$235.200.000,00, dividido em 235.200.000 ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As ações ora emitidas são totalmente subscritas e integralizadas, nesta data, pela acionista **DMCore Holding Financeira S.A.**, mediante aporte de capital. 2. Reforma do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações tomadas por unanimidade:** (i) Aprovaram o aumento do capital social conforme acima. (ii) O Artigo 5° será alterado. Assim, referido artigo do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação: *Artigo 5º. O capital social é de R$235.200.000,00, dividido em 235.200.000 ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal.* (iii) Os acionistas decidem aprovar a reforma e consolidação do Estatuto Social. **Encerramento:** Nada mais a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata. São José dos Campos, 28/05/2025. Mesa: Denis César Correia – Presidente da Mesa; Tharik Camocardi de Moura – Secretário da Mesa. Acionistas: **Denis César Correia**; **DMCore Holding Financeira S.A.**, Denis Cesar Correia – Diretor Presidente; Tharik Camocardi de Moura – Diretor Financeiro. **Anexo II – Estatuto Social** Capítulo I – Da Denominação, Objeto, Sede e Duração. Artigo 1º. A **DM Instituição de Pagamento S.A.** é uma sociedade anônima de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. Artigo 2º. A Companhia tem por objeto emitir e administrar cartões de crédito próprios ou de terceiros, podendo, para tanto: Aprovar solicitações de cartões de crédito e emitir os cartões; Credenciar estabelecimentos para operar com os cartões; Processar dados e elaborar documentos relacionados à posse e ao uso dos cartões; Obter financiamento junto a instituições financeiras em nome dos portadores de cartões; Conceder fiança e assumir riscos de inadimplemento; Prestar serviços de administração, consultoria e treinamento relacionados a cartões de crédito; Desenvolver sistemas de automação para cartões de crédito; Administrar programas de fidelidade e incentivo; Prestar serviços de call center e teleatendimento; Comércio varejista de livros virtuais. Parágrafo Único. A Companhia pode participar de quaisquer outras sociedades, mediante deliberação da Assembleia Geral. Artigo 3º. A Companhia tem sua sede e foro na Avenida Cassiano Ricardo nº 521, 3º Andar, Sala 02, Torre B, Bairro Parque Residencial Aquarius, CEP 12246-870, em São José dos Campos/SP, podendo abrir, transferir ou extinguir filiais no território nacional ou no exterior. Artigo 4º. A Companhia terá prazo indeterminado de duração. Capítulo II – Do Capital Social e das Ações. Artigo 5º. O capital social é de R$235.200.000,00, dividido em 235.200.000 ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Parágrafo Único. Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais, as quais serão tomadas na forma da legislação aplicável, sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social. Artigo 6º. Os acionistas terão preferência na subscrição de novas ações decorrentes do aumento do capital social, fixando-se o prazo de 30 dias para o exercício de preferência. Capítulo III – Da Assembleia Geral. Artigo 7º. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente nos 4 primeiros meses seguintes ao término do exercício social, reunindo-se ainda extraordinariamente sempre que os interesses sociais ou a lei assim exigirem. § 1º. A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. § 2º. A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, por quem a Assembleia Geral indicar. O presidente da Assembleia Geral escolherá um dos presentes para secretariá-lo. § 3º. O acionista pode fazer representar-se na Assembleia Geral por procurador, constituído na forma do artigo 126 da Lei nº 6.404 de 15/12/1976 ("Lei das S/A"). Artigo 8º. As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei e neste Estatuto Social, serão tomadas por acionistas que representem a maioria absoluta do capital social votante da Companhia, não se computando os votos em branco. Artigo 9º. A Assembleia Geral da Companhia terá competência para deliberar sobre as matérias previstas na Lei das S.A., observados os quórums previstos em lei e o Acordo de Acionistas (conforme definido abaixo). Capítulo IV – Da Administração. Artigo 10º. A administração da Companhia compete à Diretoria. Artigo 11º. Os membros da Diretoria devem assumir seus cargos dentro de 30 dias contados das respectivas datas de nomeação, mediante assinatura de Termo de Posse no livro de atas da Diretoria, permanecendo em seus cargos até a investidura dos novos administradores eleitos. Artigo 12º. A Assembleia Geral fixará a remuneração individual de cada Diretor da Companhia. Capítulo V – Da Diretoria. Artigo 13º. A Diretoria é o órgão de representação da Companhia, competindo-lhe praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais. Artigo 14º. A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se a critério do Diretor Presidente para tratar de aspectos operacionais. Artigo 15º. A Diretoria é composta por um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e um Diretor sem designação específica, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato de 2 anos, sendo permitida a reeleição. Artigo 16º. A representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, será sempre exercida (i) em conjunto pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Financeiro; ou (ii) por qualquer Diretor em conjunto com 1 procurador, devidamente constituído, em todos os atos que criem obrigações para a Companhia ou desonerem terceiros de obrigações para com a Companhia. Parágrafo Único. A outorga de procuração em nome da Companhia dependerá da assinatura conjunta do Diretor Presidente e do Diretor Financeiro e deverá conter, expressamente, os poderes outorgados e o prazo de vigência, sendo que as procurações ad judicia poderão ser por prazo indeterminado, respeitando-se na outorga dos respectivos mandatos os limites e restrições impostos neste Estatuto Social. Artigo 17º. Todos e quaisquer atos necessários e convenientes à administração da Companhia deverão observar quóruns, procedimentos e restrições previstos no Acordo de Acionistas da acionista DMCard Participações S.A., devidamente arquivado na sua sede social ("Acordo de Acionistas"), sendo considerado nulo de pleno direito todo ato ou deliberação praticado em desacordo com referido Acordo de Acionistas. Capítulo VI – Do Conselho Fiscal. Artigo 18º. O Conselho Fiscal somente será instalado a pedido dos acionistas e possui as competências, responsabilidades e deveres definidos em lei. § 1º. O Conselho Fiscal, se instalado, será composto por, no mínimo, 3 e, no máximo, 5 membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. § 2º. O Conselho Fiscal, se instalado, poderá reunir-se sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações. Capítulo VII – Do Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Lucros. Artigo 19º. O exercício social terá início em 01 de janeiro e término em 31 de dezembro. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei. Artigo 20º. Em cada exercício, os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório correspondente a, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S/A. Artigo 21º. A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual, semestral ou trimestral. Parágrafo Único. Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório. Artigo 22º. A Companhia poderá remunerar os acionistas mediante pagamento de juros sobre capital próprio, na forma e dentro dos limites estabelecidos em lei. Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório. Capítulo VIII – Da Liquidação da Companhia. Artigo 23º. A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante, ou liquidantes, e o Conselho Fiscal, que deverão funcionar no período de liquidação, fixando-lhes os poderes e remuneração. Capítulo IX – Das Disposições Finais. Artigo 24º. É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos seus interesses sociais. Artigo 25º – Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das S/A. Capítulo X – Da Arbitragem. Artigo 26º. Qualquer controvérsia, disputa ou reclamação decorrentes deste Estatuto Social ou a ele relacionados, incluindo, mas não se limitando a, quaisquer questões relacionadas à existência, validade, interpretação ou inadimplemento, deverão ser solucionadas de forma definitiva por arbitragem, na forma estabelecida no Acordo de Acionistas da acionista DMCard Participações S.A. JUCESP – Registrado nº 216.631/25-7 em 30/06/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC - R$ 5,4202 / R$ 5,4208 **
Câmbio livre mercado - R$ 5,4020 / R$ 5,4040 *
Turismo - R$ 5,4416 / R$ 5,6216
(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central
Variação do câmbio livre mercado no dia: -0,26%

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: 1,35%
Pontos: 140.927
Volume financeiro: R$ 16,562 bilhões
Maiores altas: Engie Brasil ON (4,49%), Embraer ON (4,42%), CVC ON (4,18%)
Maiores baixas: BRF ON (-2,19%), Fleury ON (-1,46%), MRV ON (-1,44%)
S&P 500 (Nova York): 0,83%
Dow Jones (Nova York): 0,77%
Nasdaq (Nova York): 1,02%
CAC 40 (Paris): 0,21%
Dax 30 (Frankfurt): 0,61%
Financial 100 (Londres): 0,55%
Nikkei 225 (Tóquio): 0,06%
Hang Seng (Hong Kong): -0,63%
Shanghai Composite (Xangai): 0,18%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): 0,62%
Merval (Buenos Aires): 0,73%
IPC (México): -0,78%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
IPCA/IBGE
Abril 2024: 0,38%
Maio 2024: 0,46%
Junho 2024: 0,21%
Julho 2024: 0,38%
Agosto 2024: -0,02%
Setembro 2024: 0,44%
Outubro 2024: 0,56%
Novembro 2024: 0,39%
Dezembro 2024: 0,52%
Janeiro 2025: 0,16%
Fevereiro 2025: 1,31%
Março 2025: 0,56%
Abril 2025: 0,43%

Para orçamentos e outras informações : comercial@datamercantil.com.br

Taxas locais acompanham Treasuries e terminam o dia em elevação



A curva de juros futuros percorreu a segunda etapa da sessão desta quinta-feira, 3, em alta nos vencimentos intermediários e longos. Em um dia sem novidades no noticiário econômico local e liquidez reduzida, o mercado brasileiro acompanhou a movimentação dos EUA, onde os rendimentos dos Treasuries subiram, em reação a dados de emprego mais fortes do que o previsto no país em junho.

Encerrados os negócios, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) com vencimento em janeiro de 2026 passou de 14,917% no ajuste anterior para 14,920%; a do DI de janeiro de 2027 fechou em 14,140%, vindo de 14,118% no último ajuste; a do DI de janeiro de 2028 aumentou de 13,327% no ajuste da véspera para 13,365%, e o DI que vence em janeiro de 2029 avançou a 13,210%, de 13,144% no ajuste mais recente.

Quando o mercado no Brasil fechou, os juros dos títulos públicos de dois anos e de dez anos subiam a 3,883% e 4,346% nos EUA, respectivamente. Já o rendimento da T-Bond de 30 anos avançava para 4,863%. Divulgado hoje, o payroll mostrou que a economia americana abriu 147 mil empregos no mês passado, acima da mediana de 110 mil vagas prevista pelo Projeções Broadcast. A leitura foi interpretada como um sinal de resiliência do mercado de trabalho e enfraqueceu apostas de que o Federal Reserve (Fed) corte os juros já em julho.

IstoÉDinheiro

Zenith Saúde Mental Ltda.

CNPJ/MF nº 58.228.088/0001-83 – NIRE: 35.265.543.982

1ª Alteração de Contrato Social para Transformação do Tipo Jurídico da Zenith Saúde Mental Ltda. de Sociedade Empresária Limitada em Sociedade por Ações, sob a Denominação de Zenith Saúde Mental S.A.

Glauco Callia, RG nº 33.580.301-5 SSP/SP e CPF/MF nº 222.830.788-22, ("**Glauco**"); Único sócio representante da totalidade do capital social de **Zenith Saúde Mental Ltda.**, resolve promover a presente alteração do Contrato Social da Sociedade, mediante os seguintes termos e condições: **Item 1 – Da Cessão de Quotas: 1.1.** O sócio **Glauco Callia,** permanecendo na sociedade, cede e transfere 50 quotas sociais no valor nominal de R$ 1,00 cada, totalizando R$ 50,00, por compra e venda feita ao seguinte sócio ingressante: **Rodrigo Magalhães Ribeiro dos Anjos**, RG nº 99001217630 SSP/AL e CPF/MF nº 042.616.266-83, ("**Rodrigo**"). **Item 2 – 2.1.** Os sócios, por unanimidade, resolvem alterar a natureza jurídica de sociedade limitada para sociedade por ações, com a denominação de **Zenith Saúde Mental S.A.** ("Companhia"), a se reger pelo Estatuto ora aprovado, cujo inteiro teor acompanha a presente alteração, por meio do **Anexo I**, como se nela estivesse literalmente transcrito, ficando sem efeito todo e qualquer dispositivo constante no contrato social ora alterado. **Item 3 – 3.1.** O capital social, atualmente no valor de R$ 1.000,00, totalmente subscrito e integralizado, representado por 1.000 quotas sociais, no valor de R$ 1,00 cada uma, passa a ser dividido e representado por ações, mediante a conversão efetuada na proporção de 01 ação para cada 01 quota existente, mantendo-se o preço de emissão equivalente a cada quota social substituída, sendo que as 1.000 quotas sociais, passam a ser representadas por 1.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal totalmente subscritas e integralizadas, sendo 950 ações de titularidade de **Glauco** e 50 ações de titularidade de **Rodrigo,** ambos já qualificados. 3.2. A conversão das quotas em ações é formalizada por meio da assinatura do respectivo boletim de subscrição, nos termos da Lei nº 6.404/76. **Item 4 – 4.1.** Resolve o acionista que a administração da Sociedade será realizada pela Diretoria, composta por no mínimo 01 e no máximo 04 Diretores sem designação específica, a ser(em) eleito(s) para um mandato de 03 anos, sendo permitida a reeleição. 4.2. Os acionistas elegem, como membro da Diretoria, o Sr. **Glauco**, para o cargo de Diretor para um mandato de 03 anos, a contar da presente data. O Diretor eleito toma posse do seu respectivo cargo, também nesta data, mediante a assinatura do respectivo termo. 4.3. O Direto, ora eleito, declara, sob as penas da lei, que não se encontra impedido de exercer a administração da Companhia, e nem fora condenado ou está sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **Item 5 – 5.1.** As acionistas deliberam que a Companhia dará publicidade aos seus atos societários na forma de Lei 6.404/76, autorizando que os Diretores Executivos da Companhia, já qualificados, a tomar todas as medidas e assine quaisquer documentos necessários ao registro da presente ata. 5.2. Os acionistas reconhecem a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia deste instrumento e seus termos, nos termos do art. 219 do Código Civil, em formato eletrônico e/ou assinado pelas partes por meio de certificados eletrônicos, ainda que sejam certificados eletrônicos não emitidos pela ICP-Brasil, como, por exemplo, por meio do upload e existência deste termo. Os acionistas reconhecem, ainda, que o presente instrumento será considerado válido e incontestavelmente datado da data indicada abaixo, que é a data em que todos os acionistas assim acordaram, independentemente de a formalização de assinatura digital e eletrônica eventualmente ser concluída em data(s) distinta(s) por um ou mais acionistas. São Paulo, 22/05/2025. **Glauco Callia; Rodrigo Magalhães Ribeiro Dos Anjos. Anexo I: Estatuto Social. Capítulo I – Denominação Social, Sede, Objeto e Prazo de Duração: Artigo 1º –** A **Zenith Saúde Mental S.A.** ("Companhia") é uma sociedade anônima, de capital fechado, que se regerá pelas disposições deste Estatuto, pela Lei nº 6.404, de 15/11/1976 ("Lei das Sociedades Anônimas), e pelas demais disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º –** A Companhia terá sua sede na Rua Coronel José Eusebio, nº 95, Casa 13, Higienópolis, São Paulo/SP, CEP 01239-030. *Parágrafo único*: A Companhia poderá abrir filiais, escritórios, agências e depósitos em qualquer parte do país, por meio de decisão da Diretoria. **Artigo 3º –** A Companhia tem por objeto social a atividade de fornecimento de tecnologia e prestação de serviços voltados para o gerenciamento dos fatores psicossociais no trabalho. **Artigo 4º –** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II – Capital e Ações: Artigo 5º –** O capital social é de R$ 1.000,00, dividido em 1.000 Ações Ordinárias Nominativas, de mesma classe, sem valor nominal, o qual se encontra totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional. *Parágrafo primeiro*: As Ações são indivisíveis em relação à Companhia. *Parágrafo segundo*: A Companhia poderá emitir ações preferenciais nominativas, sem valor nominal, nos termos do artigo 15, § 2º da Lei nº 6.404/76, respeitado o limite legal de até 50% do total das ações emitidas. *Parágrafo terceiro*: As ações preferenciais poderão conferir aos seus titulares as vantagens e limites previstos em lei, devendo suas características e direitos ser definidos na deliberação do aumento de capital que as emitir ou mediante alteração estatutária específica. **Artigo 6º –** A responsabilidade dos acionistas é limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas, nos termos do artigo 1º da Lei das Sociedades Anônimas. *Parágrafo único*: Os acionistas não respondem, mesmo subsidiariamente, pelas obrigações da Companhia. **Artigo 7º –** Cada Ação Ordinária confere direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Quando a Ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos por ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **Artigo 8º –** As Ações Nominativas serão registradas no Livro de Registro de Ações Nominativas e as suas transferências serão efetuadas por meio de termos lavrados no Livro de Transferência de Ações Nominativas. **Artigo 9º –** No caso de reembolso das Ações, previsto em lei, o valor do reembolso será calculado com base no patrimônio líquido das Ações, de acordo com o último balanço aprovado na Assembleia Geral, segundo critérios de avaliação do ativo e passivo fixados na Lei das Sociedades Anônimas e com os princípios contábeis geralmente aceitos. **Artigo 10 –** A Assembleia Geral que autorizar o aumento de capital social, mediante a subscrição de novas Ações, disporá acerca das determinações a serem observadas quanto ao preço e ao prazo de subscrição, quanto à forma de integralização e à cessão do direito de preferência, observadas as disposições legais e as previstas no Estatuto Social. **Artigo 11 –** A Companhia poderá adquirir, utilizando saldos de lucros ou reservas disponíveis, suas próprias Ações para a permanência em tesouraria sem que isso implique na diminuição do capital subscrito, visando sua posterior alienação, observada as disposições legais aplicáveis. **Artigo 12 –** As Ações mantidas em tesouraria não terão direito a voto, nem a dividendos ou bonificações, até sua recolocação em circulação ou extinção. **Capítulo III – Assembleia Geral de Acionistas: Artigo 13 –** As deliberações sociais serão estabelecidas em Assembleia Geral ("Assembleia(s)") realizada em caráter ordinário, dentre os 4 meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem, obedecido os preceitos legais. *Parágrafo único*: As deliberações das Assembleias, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei e no Estatuto Social, serão tomadas por acionistas representando a maioria do capital votante. **Artigo 14 –** O modo de convocação e o quórum de instalação e as formalidades complementares observarão as disposições legais aplicáveis. **Artigo 15 –** As seguintes matérias somente serão aprovadas nas Assembleias se houver aprovação de acionistas representando a maioria absoluta das Ações com direito a voto da Companhia (i.e. 50% + 1 ação): **(i)** Aprovação das contas anuais apresentadas pelos administradores; **(ii)** Alteração do objeto social da Companhia; **(iii)** Aumento ou redução do capital social, mediante emissão ou extinção de ações, opções de compra ou opções de subscrição de ações; **(iv)** Liquidação e dissolução da Companhia ou de qualquer Controlada, eleição e destituição de liquidantes, julgamento de suas contas e partilha do acervo social em caso de liquidação, bem como autorização aos administradores da Companhia ou de qualquer Controlada para requerer falência, recuperação judicial ou extrajudicial; **(v)** Transformação da Companhia em outro tipo societário, fusão, incorporação, cisão, qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia ou seus ativos (incluindo-se *drop down*) ou a absorção, pela Companhia, do acervo resultante de qualquer sociedade; **(vi)** Abertura e encerramento de filiais; **(vii)** Fixação da remuneração anual máxima e benefícios aos administradores, bem como a forma de pagamento de tal remuneração e benefícios, se aplicável; **(viii)** Alteração das matérias sujeitas à aprovação das Reuniões, bem como das normas aplicáveis à sua convocação e realização; **(ix)** Alteração da política de dividendos e distribuição de lucros e dividendos; **(x)** Participação em grupo de sociedades, em subsidiárias/controladas/coligadas e em consórcios de sociedades ou formação de *joint ventures* e parcerias similares; **(xi)** Aprovação e alteração do Plano Anual de Negócios. **(xii)** As operações que envolverem, por qualquer modo ou título, a aquisição ou a alienação, investimentos, arrendamento, bem como a instituição de quaisquer Ônus, referentes a (i) bens imóveis, por qualquer valor, (ii) qualquer outra operação ou contratação cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R$ 50.000,00, e (iii) participações societárias, exceto quando houver previsão no Plano Anual de Negócios; **(xiii)** Celebração ou rescisão de qualquer contrato, inclusive com instituições financeiras ou assunção de qualquer obrigação cujo valor individual seja igual ou superior a R$ 50.000,00, exceto quando houver previsão no Plano Anual de Negócios; **(xiv)** Constituição de penhor, alienação fiduciária, hipoteca ou quaisquer gravames, sobre qualquer ativo ou direito da Companhia ou das Controladas; **(xv)** Celebração ou rescisão de quaisquer negócios envolvendo a Companhia, de um lado, e, de outro lado, qualquer um dos acionistas ou Partes Relacionadas, devendo deixar de votar o acionista envolvido ou relacionado à Parte Relacionada; **(xvi)** Contratação de qualquer empregado com remuneração mensal superior ao montante em reais equivalente a R$ 10.000,00; **(xvii)** Cessão, oneração e transferência de marcas, patentes e quaisquer outros direitos de propriedade industrial de titularidade da Companhia e/ou de qualquer uma de suas Controladas (ou que ainda estejam pendentes de confirmação da titularidade da Companhia e/ou qualquer uma de suas Controladas pelo órgão competente); e, **(xviii)** Concessão de garantias, avais, fianças, hipotecas ou outros ônus reais em favor de Terceiros, salvo se em favor de empresas Controladas. **Artigo 16 –** As Assembleias Gerais serão presididas por um Diretor e, na sua falta, por um dos acionistas presentes. **Artigo 17 –** As Assembleias Gerais poderão ocorrer de forma virtual, por meio de videoconferência ou outro meio disponível e que possa identificar os participantes, cuja plataforma deverá ser indicada no instrumento de convocação, devendo os acionistas formalizarem por escrito as deliberações tomadas. *Parágrafo único:* As atas das Assembleias Gerais poderão ser assinadas de forma eletrônica ou digital, conforme permitido pela legislação e aceitável pela Junta Comercial competente, caso o documento deva ser levado a registro. **Capítulo IV – Da Administração: Artigo 18 –** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por 1 a 4 Diretores sem designação específica, com mandato de 3 anos a contar de sua posse, permitida a reeleição, eleitos pela Assembleia Geral, que também poderá estabelecer a sua remuneração. *Parágrafo único*: O(s) Diretor(es) dever(ão) permanecer em seu(s) cargo(s) até a posse do(s) novo(s) Diretor(es), regularmente eleito(s). **Artigo 19 –** Os membros da Diretoria serão eleitos em Assembleia Geral e tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo, permanecendo sujeitos aos requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades previstos nos Artigos 145 a 158 da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 20** – Os Diretores são investidos dos poderes necessários para praticar os atos e operações relacionados aos fins da Companhia, bem como aqueles não sujeitos à aprovação de acionistas e cujo valor não exceda os limites autorizados, conforme estabelecido no artigo 15 do presente Estatuto, além das demais disposições estatutárias e da legislação em vigor. **Artigo 21 –** A representação da Companhia, judicial ou extrajudicialmente, ativa ou passivamente, perante terceiros e órgãos públicos federais, estaduais e municipais, bem como a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, caberá exclusivamente aos Diretores nomeados, nos termos do Estatuto Social e Acordo de Acionistas, quando houver, respeitados os limites legais aplicáveis. *Parágrafo primeiro:* Sempre que houver dois ou mais Diretores em exercício, os atos de administração da Companhia deverão ser praticados mediante a assinatura conjunta de ao menos dois Diretores. Caso haja apenas um Diretor nomeado, este poderá praticar isoladamente todos os atos de administração e representar a Companhia em quaisquer situações. *Parágrafo segundo:* A Diretoria poderá nomear procuradores especificando os poderes outorgados e o prazo de validade nos respectivos instrumentos de procuração. *Parágrafo terceiro:* O mandato judicial poderá ser concedido por prazo indeterminado. **Capítulo V – Do Conselho Fiscal e Conselho de Administração: Artigo 22** – A Companhia não terá um Conselho Fiscal permanente. Se e quando instalado como previsto na lei, o Conselho Fiscal será composto por 3 membros e igual número de suplentes, acionistas ou não, observados os requisitos e impedimentos legais, todos residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral, que fixará a remuneração destes. **Artigo 23** – A Companhia não terá um Conselho de Adminstração permanente. Se e quando instalado como previsto na lei, o Conselho de Administração será composto por no mínimo 3 membros, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral que fixará a remuneração destes e o prazo de mandato que será unificado e de até 2 anos, permitida a reeleição. **Capítulo VI – Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Resultados. Artigo 24 –** O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantadas as demonstrações financeiras, com observância das disposições legais pertinentes. **Artigo 25 –** Deverá ser destinado para a constituição das reservas legais 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social. **Artigo 26 –** Um dividendo mínimo de 1% dos lucros líquidos apurados no Balanço Geral deverá ser distribuído aos acionistas, após a constituição das reservas legais. *Parágrafo único:* A Assembleia Geral, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente, poderá deliberar a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório ou a retenção de todo o lucro líquido, nos temos da lei. **Artigo 27 –** A Assembleia Geral poderá deliberar o levantamento de balanços intermediários em qualquer época durante o curso do exercício social e distribuir dividendos com base nos lucros apurados em tais balanços, bem como distribuir lucros de forma desproporcional à participação dos acionistas no capital social, observando-se a legislação aplicável. **Capítulo VII – Da Continuidade da Companhia: Artigo 28 –** No caso de falecimento de qualquer dos acionistas, a Companhia não se dissolverá, prosseguindo apenas com os acionistas remanescentes, de modo que os herdeiros e/ou sucessores do acionista falecido terão direito à apuração de haveres, nos termos abaixo e refletidos e complementados pelo Acordo de Acionistas da Companhia. **Artigo 29 –** No caso de separação ou divórcio de qualquer dos acionistas, o cônjuge não ingressará no quadro de acionistas da Companhia, devendo o acionista eventualmente nessa situação garantir que as ações da Companhia se mantenham sob sua exclusiva titularidade na partilha de bens. **Artigo 30 –** No caso de exclusão ou exercício do direito de retirada de qualquer dos acionistas, nos termos da legislação aplicável, a Companhia não se dissolverá, prosseguindo com os demais acionistas, devendo ser aplicado o disposto no artigo 31. **Artigo 31 –** Os haveres do acionista falecido ou do acionista retirante serão apurados e liquidados com base na situação patrimonial da Companhia, à data do falecimento ou da retirada ou exclusão, conforme aplicável, verificada em balanço especialmente levantado. Os haveres serão pagos em até 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, corrigidas monetariamente pelo índice IPCA ou por outro que venha a substituí-lo, vencendo-se a primeira parcela nos 30 dias a contar do falecimento ou retirada, conforme o caso. **Capítulo VIII – Dissolução e Liquidação: Artigo 32 –** A Companhia entrará em dissolução ou liquidação nos casos previstos em lei, ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá, se for o caso, o procedimento a ser adotado, elegendo o liquidante e fixando a respectiva remuneração. *Parágrafo único:* A Assembleia Geral terá a autoridade para estabelecer o método de liquidação, bem como para eleger os liquidantes. **Capítulo IX – Do Direito De Preferência e da Transferência de Ações: Artigo 33 –** As regras aplicáveis à transferência de ações, inclusive quanto ao exercício do direito de preferência pelos acionistas, obedecerão ao disposto neste Estatuto, em Acordo de Acionistas e na legislação aplicável: *Parágrafo único:* Será nula de pleno direito a transferência de Ações que violar o disposto neste artigo. **Capítulo X – Disposições Gerais: Artigo 34 –** Aos casos omissos deste Estatuto serão aplicadas as disposições da Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6404/1976) e, de outras em vigor, pertinentes à matéria. Advogado: Lucas Amorim e Silva – OAB/SP sob o nº 285.716. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 180.960/25-8 e NIRE 35.300.666.267 em 06/06/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Prime You Services Ltda.

CNPJ/MF nº 52.921.847/0001-02

Demonstrações Financeiras referente ao exercício social encerrado em 31/12/2024 *(Valores expressos em Reais)*

Balanço Patrimonial

Ativo	31/12/2024	Passivo	31/12/2024
Ativo Circulante	**157.776,26**	Demais impostos e contribuições a recolher	61.208,67
Disponibilidades	**1,00**	Provisões para pagamentos a efetuar	709.276,93
Caixa e bancos	1,00	**Passivo Não Circulante**	**68.925,75**
Aplicações Equivalentes de Caixa	**157.775,26**	**Exigível a Longo Prazo**	**68.925,75**
Outros títulos de renda fixa	157.775,26	**Outras Obrigações**	**68.925,75**
Ativo Não Circulante	**453.827,20**	Diversos	68.925,75
Outros Créditos	**453.827,20**	**Patrimônio Líquido**	**(416.615,37)**
Diversos	453.827,20	Capital:	10.000,00
Total do Ativo	**611.603,46**	De domiciliados no país	10.000,00
Passivo	**31/12/2024**	Lucros/(Prejuízos) acumulados	(426.615,37)
Passivo Circulante	**959.293,08**		
Outras Obrigações	**959.293,08**		
Impostos e contribuições sobre salários	188.807,48	**Total do Passivo e Patrimônio Líquido**	**611.603,46**

Demonstração do Resultado do Exercício

	31/12/2024		31/12/2024
Despesas/Receitas Operacionais	(426.784,07)	Receitas Financeiras	189,75
Despesas Gerais e Administrativas	(417.796,97)	Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez	189,75
Despesas com pessoal	(363.203,93)	Despesas Financeiras	(21,05)
Outras despesas administrativas	(54.409,59)	Prejuízos com títulos e valores mobiliários	(21,05)
Despesas tributárias	(183,45)	**Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro**	**(426.615,37)**
Outras Receitas Operacionais	3.534,41	**Lucro/ (Prejuízo) do Exercício**	**(426.615,37)**
Outras Despesas Operacionais	(12.521,51)	Nº de Quotas:	10.000
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	**(426.784,07)**	Lucro (prejuízo) por Quota:	(42,66)
Resultado Financeiro	**168,70**		

A Diretoria

Ignis Contábil Ltda., Nivia Maria Gonçalves – Contadora CRC nº 1SP 215.294/O-3

Tupi Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 59.115.685/0001-64 – NIRE 35.300.656.253

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de abril de 2025, às 16:00 horas – Certidão

Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico que a Ata em epígrafe foi registrada sob o nº 214.044/25-7 em 24/06/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

DATA MERCANTIL

SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.

datamercantil.com.br



Fraction 049 Administração de Bem Próprio S.A.

CNPJ/MF nº 55.225.876/0001-28

Demonstrações Financeiras referente ao exercício social encerrado em 31/12/2024 *(Valores expressos em Reais)*

Balanço Patrimonial

Ativo	31/12/2024	Passivo	31/12/2024
Ativo Circulante	**101,00**	**Passivo Circulante**	**12.761,92**
Disponibilidades	**101,00**	**Outras Obrigações**	**12.761,92**
Caixa e bancos	101,00	Diversos	12.761,92
Ativo Não Circulante	**29.109.385,25**	**Patrimônio Líquido**	**29.096.724,33**
Imobilizado de Uso	**29.109.385,25**	Capital:	101,00
Terrenos	29.109.385,25	De domiciliados no país	101,00
		Reservas de capital	29.109.385,25
		Lucros/(Prejuízos) acumulados	(12.761,92)
Total do Ativo	**29.109.486,25**	**Total do Passivo e Patrimônio Líquido**	**29.109.486,25**

Demonstração do Resultado do Exercício

	31/12/2024		31/12/2024
Despesas/Receitas Operacionais	(12.761,92)	**Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro**	**–**
Despesas Gerais e Administrativas	(12.761,92)	**Lucro/ (Prejuízo) do Exercício**	**(12.761,92)**
Despesas tributárias	(12.761,92)	Nº de Ações	101
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	**(12.761,92)**	Lucro (prejuízo) por Ação:	(126,36)

A Diretoria

Ignis Contábil Ltda., Nivia Maria Gonçalves – Contadora CRC nº 1SP 215.294/O-3

PT-LAN Administração de Bem Próprio S.A.

CNPJ/MF nº 45.240.927/0001-37

Demonstrações Financeiras referente ao exercício social encerrado em 31/12/2024 *(Valores expressos em Reais)*

Balanço Patrimonial

Ativo	31/12/24	Passivo	31/12/24
Ativo Circulante	**–**	**Passivo Circulante**	**46,50**
Ativo Não Circulante	**3.779.978,53**	**Outras Obrigações**	**46,50**
Imobilizado de Uso	**3.779.978,53**	Demais Impostos e Contribuições a Recolher	46,50
Outros Bens do Imob de Uso	4.180.000,00	**Passivo Não Circulante**	**20.270,87**
(depreciações Acumuladas)	(400.021,47)	**Exigível a Longo Prazo**	**20.270,87**
Total do Ativo	**3.779.978,53**	**Outras Obrigações**	**20.270,87**
		Diversos	20.270,87
		Patrimônio Líquido	**3.759.661,16**
		Capital:	4.180.101,00
		De Domiciliados no País	4.180.101,00
		Lucros/(Prejuízos) Acumulados	(420.439,84)
		Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**3.779.978,53**

Demonstração do Resultado do Exercício

	31/12/24
Resultado Bruto	**–**
Despesas/Receitas Operacionais	(420.439,84)
Despesas Gerais e Administrativas	(420.439,84)
Outras despesas administrativas	(419.837,95)
Despesas tributárias	(601,89)
Lucro/ (Prejuízo) do Período	**(420.439,84)**
Nº de Quotas:	4.180.101
Lucro (prejuízo) por Quota:	(0,10)

A Diretoria

Ignis Contábil Ltda., Nivia Maria Gonçalves

Contadora CRC nº 1SP 215.294/O-3

Eufrázio

PUBLICIDADE LEGAL

CFA Assets Ltda.

CNPJ/MF nº 54.988.983/0001-45 – NIRE 35.263.828.343

Alteraração de Sociedade Empresária Limitada

Marcos André Lopes de Almeida, RG nº 22.029.330-2 SSP/ES e CPF/MF nº 256.150.158-29. Único sócio da **CFA Assets Ltda.**, sociedade com sede na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Conjunto 91, Cidade Jardim, São Paulo-SP, resolve **Alterar e Transformar o Tipo Jurídico** conforme cláusulas e condições a seguir: **1ª) Cessão de Cotas (ingresso de Novo Sócio):** O sócio Sr. **Marcos André Lopes de Almeida**, acima qualificado, detentor de 100.000.000 de quotas, no valor de R$ 1,00 cada, totalizando R$ 100.000.000,00, equivalente a 100% do total do capital social, totalmente integralizado em moeda corrente do país, **cede e transfere, neste ato, 5.000.000 de quotas do capital social**, as quais se encontram livres e desembaraçadas, perfazendo o total de R$ 5.000.000,00 para o sócio ora admitido Sr. **João Pedro Santos de Almeida,** RG nº53.963.084-6 SSP/SP e CPF nº 493.630.738-66. **2ª) Redistribuição do Capital Social**: Os sócios aprovam a alteração da Cláusula 5ª, do Contrato Social, que passa a viger com a seguinte redação: "***Cláusula 5ª***. *O Capital Social da sociedade é de R$ 100.000.000,00, dividido em 100.000.000 de quotas no valor de R$ 1,00 cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente do país, distribuídas da seguinte forma aos seus sócios:*

Sócios	Quotas	(%)	(R$)
Marcos André Lopes de Almeida	*95.000.000*	*95%*	*95.000.000,00*
João Pedro Santos de Almeida	*5.000.000*	*5%*	*5.000.000,00*
Total	***100.000.000***	***100%***	***100.000.000,00***

Parágrafo Primeiro. A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. **3ª) Alteração do Objetivo Social da Sociedade:** Resolvem os sócios alterar o objetivo social da sociedade que passa a ser de: **6499-9/99 – Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente; 6810-2/01 – Compra e venda de imóveis próprios; 6810-2/02 – Aluguel de imóveis próprios; 7490-1/04 – Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; 6612-6/05 – Agente autônomo de investimento; 6463-8/00 – Aplicação em investimentos próprios (ativos financeiros). 4ª) Alteração do Tipo Societário para Sociedade Anônima de Capital Fechado:** Resolvem os sócios, aprovar, independentemente de dissolução e liquidação, de forma a não modificar o seu direito de credor, a transformação do tipo societário da Sociedade de Sociedade Empresária Limitada em uma Sociedade Anônima, de capital fechado, que passará a adotar a denominação social de "**CFA Assets S/A**", que será regida pela Lei nº 6.404/76, não importando tal transformação em qualquer solução de continuidade, permanecendo em vigor os direitos e as obrigações da Sociedade. **5ª) Conversão das Cotas Societárias em Ações Ordinárias:** Em decorrência da transformação da Sociedade em uma sociedade anônima, os sócios resolvem converter as 100.000.000 de quotas representativas de seu capital social, no valor nominal e unitário de R$ 1,00, no valor total nominal de R$ 100.000.000,00 totalmente subscritas e integralizadas, em 100.000.000, passando o capital social atual totalmente subscritas e integralizadas, a ser de R$ 100.000.000,00 representado por 100.000.000 de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com valor de emissão de R$ 1,00 cada, distribuída aos acionistas na mesma proporção em que titularizavam as quotas da sociedade limitada. Dessa forma, os sócios passam a ser titulares das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia, equivalente a 100% do capital social, conforme segue: **a)** O acionista Sr. **Marcos André Lopes de Almeida**, acima qualificado, passa a ser titular de 95.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, correspondentes a 95% do valor do capital social; **b)** O acionista Sr. **João Pedro Santos de Almeida**, acima qualificado, passa a ser titular de 5.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, correspondentes a 5% do valor do capital social; **6ª) Aprovação da proposta de redação do Estatuto Social**: Resolvem os sócios aprovar o Estatuto Social, que passa doravante a reger a Companhia. **7ª) Eleição dos Membros da Diretoria e Prazo de Mandato:** Os acionistas elegem, como membros da Diretoria, para um mandato que se inicia na data da assinatura deste instrumento, pelo prazo de 02, para administração, orientação e direção da sociedade, representarão a sociedade ativa e passivamente, os Srs.: **a) Diretor Presidente, Sr. Marcos André Lopes de Almeida**, acima qualificado; **b) Diretor sem Designação, Sr. João Pedro Santos de Almeida,** acima qualificado. **Os Diretores ora eleitos declaram, para fins do disposto no § 1º do Artigo 147 da Lei nº 6.404/76, não estarem incursos em qualquer dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer a atividade mercantil, os quais tomarão posse mediante assinatura dos respectivos termos de posse no Livro de Atas, bem como renunciam a qualquer remuneração pelos serviços prestados a esta Companhia (*pro labore*), que lhe forem conferidos e outorgados e declara expressamente sob as penas da lei, que não gravará de forma alguma nenhum direito a citada remuneração, que tal não será exigido em qualquer tempo. Os Diretores estão dispensados de prestar caução para garantia de suas obrigações. 8ª) Declaração de Constituição da Sociedade Anônima de Capital Fechado e Outros Assuntos Correlatos:** Os sócios declaram constituída a Sociedade Anônima de Capital Fechado e autorizam a administração da Sociedade a tomar todas as providências necessárias para a implementação das deliberações ora aprovadas. São Paulo, 05/06/2025. **Marcos André Lopes de Almeida**; **João Pedro Santos de Almeida. Visto do Advogado:** Humberto Garcia de Oliveira OAB/SP nº 157.750. **Anexo II – Estatuto Social. Capítulo I – Nome, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1º.** A **CFA Assets S.A.** ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, regida por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial pela Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). **Artigo 2º.** A Companhia tem sua sede e foro no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Conjunto 91, Cidade Jardim, CEP 05676-120, podendo, por deliberação de sua Diretoria, abrir, manter, fechar e alterar o endereço de filiais, agências e escritórios, em qualquer parte do território brasileiro ou no exterior. **Artigo 3º.** A Companhia tem como objetos sociais a 6499-9/99 – Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente; 6810-2/01 – Compra e venda de imóveis próprios; 6810-2/02 – Aluguel de imóveis próprios; 7490-1/04 – Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; 6612-6/05 – Agente autônomo de investimento; 6463-8/00 – Aplicação em investimentos próprios (ativos financeiros). **Artigo 4º.** A Companhia tem prazo indeterminado de duração. **Capítulo II – Capital Social e Ações. Artigo 5º.** O capital social da Companhia é de R$ 100.000.000,00, dividido em 100.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas, sendo a propriedade das ações comprovada pela inscrição do nome dos acionistas no livro de "Registro de Ações Nominativas". **§ 1º.** O capital social da Companhia será representado exclusivamente por ações ordinárias, e cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. É vedada à Companhia a emissão de partes beneficiárias. **§ 2º.** O acionista terá preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição de emissão da Companhia, nos termos do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações. O prazo para exercício do direito de preferência será de, no mínimo, 30 dias, exceto se estipulado de forma diferente em Acordo de Acionistas. **Capítulo III – Órgãos Permanentes da Companhia. Artigo 6º.** São órgãos permanentes da Companhia: **(i)** a Assembleia Geral; e **(ii)** a Diretoria. **Capítulo IV – Assembleia Geral. Artigo 7º.** A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as deliberações que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. **§ 1º.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, 1 vez por ano, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre as matérias que lhe são atribuídas por lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, bem como nos casos previstos em lei e neste Estatuto. **§ 2º.** A Assembleia Geral será convocada pelo Diretor, na forma da lei. As Assembleias Gerais serão consideradas validamente instaladas (i) em primeira convocação, com a presença de acionistas detentores de, no mínimo, a maioria das ações ordinárias; ou (ii) em segunda convocação, com qualquer número de acionistas. **§ 3º.** Independemente das formalidades de convocação para Assembleia Geral, será considerada regularmente convocada a Assembleia na qual comparecerem todos os acionistas da Companhia. **Artigo 8º.** Só poderão tomar parte da Assembleia Geral os acionistas que estejam inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia. **Parágrafo Único.** O acionista poderá fazer representar-se nas Assembleias Gerais por procurador, respeitadas as disposições da lei. **Artigo 9º.** Depois de assinarem o Livro de Presença, os acionistas escolherão o Presidente e o Secretário, os quais dirigirão os trabalhos da Assembleia Geral. **Artigo 10.** A Assembleia Geral terá a competência estabelecida em lei e todas as suas deliberações serão tomadas pela maioria das ações com direito a voto, exceto se de outra forma previsto em lei. **Artigo 11.** O eventual exercício, por qualquer dos acionistas, do direito de voto nas Assembleias Gerais da Companhia em desacordo com as disposições estabelecidas em acordos de acionistas registrados pela Companhia obrigará o presidente da Assembleia Geral a não computar o voto proferido pelo acionista com infração ao disposto no seu respectivo acordo de acionista. **Capítulo V – Administração da Companhia. Artigo 12.** A Companhia será gerida e administrada exclusivamente pelo Diretor Presidente, na forma da lei e deste Estatuto Social. A remuneração global e individual do Diretor Presidente será fixada pela Assembleia Geral. **Seção I – Diretoria. Artigo 13.** A Diretoria será composta por 2 diretores, todos eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo. **§ 1º.** O prazo de mandato da Diretoria é de 2 anos, sendo assegurado aos acionistas, a qualquer tempo, o direito de substituir ou destituir os Diretores. **§ 2º.** Os Diretores disporão dos poderes necessários e convenientes para conduzir a gestão dos negócios e assuntos da Companhia, na forma da Lei e do presente Estatuto Social. **§ 3º.** Os Diretores tomarão posse mediante a assinatura do termo respectivo, lavrado em livro próprio. **Artigo 14.** Ocorrendo vacância no cargo de Diretor, caberá à Assembleia Geral eleger o substituto que exercerá o cargo pelo período remanescente do mandato. **Artigo 15.** O Diretor Presidente terá plenos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, para a prática de todos os atos e realização de todas as operações que se relacionem com o objeto social, devendo ser fielmente observadas as deliberações e diretrizes fixadas pela Assembleia Geral, observado o disposto neste Estatuto Social. **§ 1º.** A Diretoria se reunirá sempre que necessário. As reuniões de Diretoria serão convocadas por qualquer de seus membros, com antecedência mínima de 5 dias, por escrito ou por qualquer meio de comprovação inequívoca, contendo o local, data e hora de realização da reunião, além da ordem do dia. **§ 2º.** O quórum para instalação das reuniões de Diretoria é a totalidade dos membros em exercício. As deliberações da Diretoria serão tomadas por voto unânime dos Diretores presentes à reunião. **Artigo 16.** É facultado à Companhia nomear procuradores, devendo o instrumento respectivo ser assinado pelo Diretor Presidente. **Parágrafo Único.** As procurações deverão especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas outorgadas a advogados para representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos, terão prazo de validade limitado a, no máximo, 1 ano. **Artigo 17.** Ressalvando o disposto nos Parágrafos 3º e 4º deste Artigo, a Companhia somente se obrigará validamente perante terceiros e apenas os exonerará de obrigações perante ela mediante a assinatura conjunta de 2 diretores, ou de um diretor com um procurador, ou de 2 procuradores. **§ 1º.** Ainda que subscritos na forma prevista no *caput* deste Artigo, serão inválidos e ineficazes perante a Companhia os atos praticados por qualquer diretor, procurador ou representante que não tenham obtido, nas hipóteses previstas neste Estatuto Social, prévia autorização ou aprovação em Assembleia Geral para sua realização, ou que não obedeçam aos limites dos poderes de gestão estabelecidos por lei, por este estatuto e pelos mandatos outorgados pela Companhia. **§ 2º.** Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia devem, obrigatoriamente, ser assinados por 2 diretores, com precisa definição dos poderes conferidos aos mandatários. As Procurações, exceto as "ad judicia", deverão ser outorgadas por prazo determinado não excedente a 1 ano. **§ 3º.** Respeitadas as demais competências da Assembleia Geral e sua forma de aprovação, os acionistas, pelo voto representativo de mais de 85% do capital social, poderão autorizar a nomeação, em casos específicos, de procurador com poderes necessários para praticar, sozinho e em nome da Companhia, os atos para os quais tenha sido constituído, exaurindo-se o mandato com a realização do ato. As procurações "ad judicia" poderão conter cláusulas que permita a autuação individual de cada um dos mandatários. **§ 4º.** Qualquer diretor isoladamente pode: (i) receber citações, intimações e notificações, prestar depoimento pessoal em nome da Companhia e constituir prepostos para atuação em Juízo; (ii) representar a Companhia perante os órgãos e repartições públicos e entidades autárquicas federais, estaduais e municipais, bem como sociedades concessionárias ou permissionárias de serviços públicos podendo para tanto subscrever requerimentos, apresentar e retirar documentos, acompanhar e ter vista de processos administrativos, tomar ciência de despachos ou decisões, cumprir exigências, apresentar impugnações, recursos e subscrever termos de responsabilidade; (iii) receber e dar quitação de quantia devida à Companhia paga através de cheque ou de outro título de crédito idôneo a ela nominativos. (iv) endossar cheques para depósito exclusivamente em conta corrente bancária ou em conta de investimentos bancários da Companhia; (v) emitir em nome da Companhia duplicatas mercantis. (vi) independente de ordem de nomeação perante o Serasa e demais órgãos similares, requerer certificado digital e assinar todos os documentos necessários para este fim. **Capítulo VI – Conselho Fiscal. Artigo 18.** O Conselho Fiscal será composto por 3 membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, e funcionará de forma não permanente, na forma da lei. **Artigo 19.** O mandato do Conselho Fiscal será de 1 ano, permitida a reeleição, sendo que a eleição deverá acontecer sempre por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. **Artigo 20.** Os membros do Conselho Fiscal terão a remuneração que lhes for estabelecida pela Assembleia que os eleger, observado, a respeito, o que dispuser a lei. **Capítulo VII – Exercício Social e Distribuição de Lucros. Artigo 21.** O exercício social coincidirá com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e terminando em 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 22.** Ao fim de cada exercício social, será levantado o balanço patrimonial e preparadas as demais demonstrações financeiras exigidas por lei, as quais serão submetidas à auditoria a ser conduzida por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários. **§ 1º.** Poderão ser elaborados balanços especiais a qualquer tempo. Por proposta da Diretoria e *ad referendum* da Assembleia Geral, poderá haver declaração de dividendos intermediários, à conta dos lucros apurados nos balanços especiais, ou dos lucros acumulados, respeitado o disposto no artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações. **§ 2º.** A qualquer tempo, a Assembleia Geral também poderá deliberar a distribuição de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **Artigo 23.** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. **§ 1º.** Do lucro líquido do exercício serão deduzidos 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social. **§ 2º.** Do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o § 1º deste Artigo e ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, serão destinados 25% para pagamento do dividendo obrigatório a todos os seus acionistas. **Artigo 24.** Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 anos, contado da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia. **Capítulo VIII – Dissolução, Liquidação e Extinção. Artigo 25.** A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em lei, ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral. **Parágrafo Único.** O modo de liquidação será determinado em Assembleia Geral que elegerá também o liquidante. **Capítulo X – Disposições Gerais. Artigo 26.** Em caso de abertura do capital, a Companhia deverá aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governança corporativa. **Artigo 27.** A Companhia disponibilizará aos acionistas todos os contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de sua emissão. **Artigo 28.** Os casos omissos no presente Estatuto Social serão regidos pelas disposições da Lei das Sociedades por Ações e legislação vigente aplicável. **Artigo 29.** Todas as controvérsias oriundas diretamente do presente Estatuto Social ou relativas à Companhia deverão ser submetidas à arbitragem, de caráter vinculante entre os acionistas. **Parágrafo Único.** Anteriormente à instauração do procedimento arbitral, os acionistas deverão se reunir para tentar resolver tais divergências, dentro do espírito de boa-fé que os inspira. **Artigo 30.** Caso tais divergências não sejam dirimidas pelos acionistas em até 30 dias contados da data da notificação escrita enviada por qualquer dos acionistas para a tentativa de conciliação, as controvérsias que porventura surgirem na interpretação ou aplicação deste Estatuto Social serão resolvidas por meio de arbitragem de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil – Canadá ("CCBC"), observando-se que: (i) o idioma da arbitragem será o português; (ii) o local da arbitragem será a cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; (iii) a arbitragem será conduzida por 3 árbitros, sendo que um árbitro será nomeado pela parte que requerer a arbitragem quando da submissão do pedido de arbitragem e outro pela parte em face de quem a arbitragem for requerida quando da submissão da resposta ao pedido de arbitragem. Os 2 árbitros nomeados, de comum acordo e no prazo de 10 dias a contar do recebimento de notificação a ser enviada pela CCBC, nomearão o terceiro árbitro, que irá atuar como presidente do Tribunal Arbitral. Findo o período de 10 dias, caso os árbitros nomeados pelas partes não cheguem a um acordo sobre a nomeação do terceiro árbitro, que deverá atuar como presidente, tal terceiro árbitro será nomeado pelo Presidente da CCBC. Quando houver múltiplas partes, como requerentes ou como requeridas, os múltiplos requerentes ou os múltiplos requeridos devem designar conjuntamente um árbitro; e (iv) a lei substantiva a ser aplicada ao mérito da arbitragem será a da República Federativa do Brasil. A lei substantiva da República Federativa do Brasil também deverá governar o compromisso de arbitragem estabelecido neste Artigo. **§ 1º.** As decisões arbitrais serão definitivas e vincularão as partes para todos os efeitos, não estando sujeitas à homologação ou a qualquer recurso perante o Poder Judiciário. **§ 2º.** A sentença arbitral fixará os encargos da arbitragem e decidirá qual das partes arcará com o seu pagamento, ou em que proporção serão repartidos entre as partes. Em qualquer hipótese, cada parte arcará com os honorários contratualmente ajustados com seus respectivos patronos. **§ 3º.** As partes deverão manter sigilo sobre toda e qualquer informação referente à arbitragem. **§ 4º.** Sem prejuízo da validade do compromisso estabelecido neste artigo, as partes elegem, com a exclusão de quaisquer outros, o foro da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, se e quando necessário, para fins exclusivos de: (i) execução de obrigações que comportem, desde logo, execução judicial; e (ii) obtenção de medidas coercitivas ou procedimentos acautelatórios como garantia à eficácia do procedimento arbitral. O ajuizamento de qualquer medida nos termos previstos nesta cláusula não importa em renúncia ao compromisso estabelecido neste Artigo ou à plena jurisdição do Tribunal Arbitral. **Visto do Advogado:** Humberto Garcia de Oliveira OAB/SP nº 157.750. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 213.751/25-2 e NIRE 35.300.667.778 em 25/06/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Fraction 028
Administração de Bem Próprio S.A.

CNPJ/MF nº 42.027.897/0001-97

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2024 e 31/12/2023 *(Valores expressos em Reais)*

Balanço Patrimonial

Ativo	**31/12/24**	**31/12/23**
Ativo Circulante	**248.550,68**	**100,00**
Disponibilidades	**10.265,81**	**100,00**
Caixa e Bancos	10.265,81	100,00
Outros Créditos	**238.284,87**	**–**
Créditos Tributários	238.284,87	–
Ativo Não Circulante	**–**	**11.744.920,50**
Imobilizado de Uso	**–**	**11.744.920,50**
Imóveis	–	11.744.920,50
Total do Ativo	**248.550,68**	**11.745.020,50**
Passivo	**31/12/24**	**31/12/23**
Passivo Circulante	**28.937,94**	**–**
Outras Obrigações	**28.937,94**	**–**
Demais Impostos e Contribuições a Recolher	1.968,40	–
Provisões para Pagamentos a Efetuar	26.969,54	–
Patrimônio Líquido	**219.612,74**	**11.745.020,50**
Capital:	219.612,74	100,00
De Domiciliados no País	219.612,74	100,00
Reservas de Capital	–	11.744.920,50
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**248.550,68**	**11.745.020,50**

Demonstração do Resultado do Exercício

	31/12/24	**31/12/23**
Despesas/Receitas Operacionais	194.349.072,06	–
Despesas Gerais e Administrativas	(333.598,91)	–
Outras despesas administrativas	(32.637,12)	–
Despesas tributárias	(300.961,79)	–
Outras Receitas Operacionais	194.682.670,97	–
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	**194.349.072,06**	**–**
Resultado Financeiro	**215.464,51**	**–**
Receitas Financeiras	809.064,94	–
Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez	809.064,94	–
Despesas Financeiras	(593.600,43)	–
Variações monetárias e cambiais passivas	(593.600,43)	–
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	**194.564.536,57**	**–**
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	**(2.330.447,18)**	**–**
Imposto de renda	(1.707.211,16)	–
Corrente	(1.707.211,16)	–
Contribuição social	(623.236,02)	–
Corrente	(623.236,02)	–
Lucro/ (Prejuízo) do Exercício	**192.234.089,39**	**–**
Nº de Ações	11.745.021	100
Lucro (prejuízo) por Ação:	16,37	0,00

A Diretoria

Ignis Contábil Ltda., Nivia Maria Gonçalves – Contadora CRC nº 1SP 215.294/O-3

Fraction 029
Administração de Bem Próprio S.A.

CNPJ/MF nº 44.949.959/0001-43

Demonstrações Financeiras referente ao exercício social encerrado em 31/12/2024 *(Valores expressos em Reais)*

Balanço Patrimonial

Ativo	**31/12/24**	**Passivo**	**31/12/24**
Ativo Circulante	**102,00**	**Passivo Circulante**	**5.817,36**
Disponibilidades	**102,00**	**Outras Obrigações**	**5.817,36**
Caixa e Bancos	102,00	Diversos	5.817,36
Ativo Não Circulante	**70.151.712,20**	**Patrimônio Líquido**	**70.145.996,84**
Imobilizado de Uso	**70.151.712,20**	Capital:	102,00
Terrenos	70.151.712,20	De Domiciliados no País	102,00
		Reservas de Capital	70.151.712,20
		Lucros/(Prejuízos) Acumulados	(5.817,36)
Total do Ativo	**70.151.814,20**	**Total do Passivo e Patrimônio Líquido**	**70.151.814,20**

Demonstração do Resultado do Exercício

	31/12/24		**31/12/24**
Despesas/Receitas Operacionais	(5.817,36)	**Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro**	**–**
Despesas Gerais e Administrativas	(5.817,36)	**Lucro/ (Prejuízo) do Exercício**	**(5.817,36)**
Despesas tributárias	(5.817,36)	Nº de Ações	102
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	**(5.817,36)**	Lucro (prejuízo) por Ação:	(57,03)

A Diretoria

Ignis Contábil Ltda., Nivia Maria Gonçalves – Contadora CRC nº 1SP 215.294/O-3

Lightsource Brasil Energia Renovável Participações S.A.

CNPJ/MF nº 34.376.899/0001-63 – NIRE 35.300.539.281

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de maio de 2025

Data, Hora e Local. Em 13/05/2025, às 09:00 horas, na sede da Companhia, na Alameda Santos, 74, 7º andar, conjunto 72, sala 43, Cerqueira César, São Paulo-SP. **Convocação e Presença.** As formalidades de convocação foram dispensadas, em razão da presença de todos as acionistas. **Mesa.** Presidente: Livia Meneleu Fiuza Bandeira de Mello; e Secretário: Luís Augusto Egydio Canedo. **Ordem do dia.** Aprovar a resignação dos conselheiros Ricardo Barros de Vasconcelos Lima e Talvani Hipolito Nolasco Filho. Eleição de novo membro do Conselho de Administração. **Deliberações.** Por unanimidade, os acionistas deliberam o seguinte: **1.** Aprovar a resignação dos conselheiros (i) **Ricardo Barros de Vasconcelos Lima**, RG nº 2618452 SSP/PB e CPF nº 051.049.494-35; e (ii) **Talvani Hipolito Nolasco Filho**, RG nº 383167140 SSP/BA e CPF/MF nº 947.793.335-04, com efeitos imediatos. **2.** Aprovar a nomeação de Livia Meneleu Fiuza Bandeira de Mello, inscrita na OAB/CE sob o nº 21.831 e no CPF sob o nº 014.711.293-14, para o Conselho de Administração da Companhia, para um mandato de 3 anos, com vigência a partir desta data. As demais cadeiras do Conselho de Administração da Companhia permanecem vagas. **Encerramento:** Nada mais a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata. São Paulo, 12/05/2025. **Mesa:** Livia Meneleu Fiuza Bandeira de Mello – Presidente; Luís Augusto Egydio Canedo – Secretário.

Coroa (Suécia) - 0,5669
Dólar (EUA) - 5,4208
Franco (Suíça) - 6,8178
Iene (Japão) - 0,0374
Libra (Inglaterra) - 7,4016
Peso (Argentina) - 0,004429
Peso (Chile) - 0,005841
Peso (México) - 0,2908
Peso (Uruguai) - 0,1354
Yuan (China) - 0,7562
Rublo (Rússia) - 0,06856
Euro (Unidade Monetária Europeia) - 6,3738

Eufrázio

PUBLICIDADE LEGAL

Dólar recua para R$ 5,40 e fecha no menor nível em mais de um ano

Após rondar a estabilidade ao longo da tarde, o dólar à vista se firmou em baixa na última hora de negócios, encerrando a sessão desta quinta-feira, 3, em queda de 0,28%, a R$ 5,4050, perto da mínima do dia (R$ 5,4040). Trata-se do menor valor de fechamento desde 24 de junho (R$ 5,3904).

Operadores relatam possível entrada de fluxo para a bolsa e para a renda fixa domésticas. A liquidez mais reduzida, na véspera do feriado de 4 de julho nos EUA, onde os mercados estarão fechados, deixou a formação da taxa de câmbio mais sujeita a transações pontuais.

Dados fortes do mercado de trabalho americano esfriaram as apostas em cortes de juros pelo Federal Reserve já neste mês, levando ao fortalecimento do dólar ante pares, como o euro e o iene, e à alta das taxas dos Treasuries. Boa parte das divisas emergentes, contudo, subiu em relação ao dólar, apoiada pela valorização de commodities, como o minério de ferro, na esteira de dados positivos da economia chinesa.

"O real e o peso mexicano se fortaleceram com provável entrada de recursos. No Brasil, vimos isso nitidamente na bolsa, que teve um dia muito bom, quase atingindo os 141 mil pontos. E temos um carrego muito positivo para a moeda", afirma o economista-chefe da corretora Monte Bravo, Luciano Costa, que vê continuidade do movimento de giro global de carteiras em favor de emergentes.

IstoÉDinheiro

Fraction 018
Administração de Bem Próprio S.A.

CNPJ/MF nº 39.923.349/0001-30

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2024 e 31/12/2023 *(Valores expressos em Reais)*

Balanço Patrimonial

Ativo	31/12/24	31/12/23
Ativo Circulante	**100,00**	**100,00**
Disponibilidades	**100,00**	**100,00**
Caixa e Bancos	100,00	100,00
Ativo Não Circulante	**9.263.779,19**	**9.301.146,07**
Investimentos	**9.263.779,19**	**9.301.146,07**
Outros Investimentos	9.263.779,19	9.301.146,07
Total do Ativo	**9.263.879,19**	**9.301.246,07**
Passivo	**31/12/24**	**31/12/23**
Passivo Circulante	**44.122,44**	**390.725,00**
Outras Obrigações	**44.122,44**	**390.725,00**
Demais Impostos e Contribuições a Recolher	3.075,40	–
Diversos	41.047,04	–
Passivo Não Circulante	**8.165,92**	**–**
Exigível a Longo Prazo	**8.165,92**	**–**
Outras Obrigações	**8.165,92**	**–**
Diversos	8.165,92	390.725,00
Patrimônio Líquido	**9.211.590,83**	**8.910.521,07**
Capital:	9.355.475,58	100,00
De Domiciliados no País	9.355.475,58	100,00
Reservas de Capital	–	8.964.650,58
Lucros/(Prejuízos) Acumulados	(143.884,75)	(54.229,51)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**9.263.879,19**	**9.301.246,07**

Demonstração do Resultado do Exercício

	31/12/24	31/12/23
Despesas/Receitas Operacionais	(52.211,55)	(379,29)
Despesas Gerais e Administrativas	(1.574,93)	(379,29)
Outras despesas administrativas	–	(379,29)
Despesas tributarias	(1.574,93)	–
Outras Despesas Operacionais	(50.636,62)	–
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	**(52.211,55)**	**(379,29)**
Resultado Financeiro	**(37.443,69)**	**–**
Despesas Financeiras	(37.443,69)	–
Prejuízos com títulos e valores mobiliários	(76,81)	–
Variações monetárias e cambiais passivas	(37.366,88)	–
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	**(89.655,24)**	**(379,29)**
Resultado Líquido das Operações Continuadas	**(89.655,24)**	**(379,29)**
Lucro/ (Prejuízo) do Período	**(89.655,24)**	**(379,29)**
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	(89.655,24)	(379,29)
Atribuído a Sócios Não Controladores	–	–
Nº de Quotas:	9.355.475	100
Lucro (prejuízo) por Quota:	(0,01)	(3,79)

A Diretoria

Ignis Contábil Ltda., Nivia Maria Gonçalves – Contadora CRC nº 1SP 215.294/O-3

Fraction 017
Administração de Bem Próprio S.A.

CNPJ/MF nº 39.923.379/0001-47

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2024 e 31/12/2023 *(Valores expressos em Reais)*

Balanço Patrimonial

Ativo	31/12/24	31/12/23
Ativo Circulante	**100,00**	**100,00**
Disponibilidades	**100,00**	**100,00**
Caixa e Bancos	100,00	100,00
Ativo Não Circulante	**17.564.767,35**	**49.568.088,51**
Investimentos	**17.564.767,35**	**49.568.088,51**
Outros Investimentos	17.564.767,35	49.568.088,51
Total do Ativo	**17.564.867,35**	**49.568.188,51**
Passivo	**31/12/24**	**31/12/23**
Passivo Circulante	**44.122,44**	**–**
Outras Obrigações	**44.122,44**	**–**
Demais Impostos e Contribuições a Recolher	3.075,40	–
Diversos	41.047,04	–
Passivo Não Circulante	**876.891,18**	**42.723.923,08**
Exigível a Longo Prazo	**876.891,18**	**42.723.923,08**
Outras Obrigações	**876.891,18**	**42.723.923,08**
Diversos	876.891,18	42.723.923,08
Patrimônio Líquido	**16.643.853,73**	**6.844.265,43**
Capital:	57.078.094,45	100,00
De Domiciliados no País	57.078.094,45	100,00
Reservas de Capital	–	8.954.233,82
Lucros/(Prejuízos) Acumulados	(40.434.240,72)	(2.110.068,39)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**17.564.867,35**	**49.568.188,51**

Demonstração do Resultado do Exercício

	31/12/24	31/12/23
Despesas/Receitas Operacionais	(52.211,56)	(1.390.573,48)
Despesas Gerais e Administrativas	(52.211,56)	(1.390.573,48)
Outras despesas administrativas	(50.636,62)	(1.390.573,48)
Despesas tributárias	(1.574,94)	–
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	**(52.211,56)**	**(1.390.573,48)**
Resultado Financeiro	**(76,81)**	**–**
Despesas Financeiras	(76,81)	–
Despesas com obrigações por empréstimos	(76,81)	–
Resultado de Equivalência Patrimonial	**(38.271.883,96)**	**–**
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	**(38.324.172,33)**	**(1.390.573,48)**
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	**–**	**–**
Lucro/ (Prejuízo) do Período	**(38.324.172,33)**	**(1.390.573,48)**
Nº de Ações	57.078.094	100
Lucro (prejuízo) por Ação:	(0,67)	(13905,73)

A Diretoria

Ignis Contábil Ltda., Nivia Maria Gonçalves – Contadora CRC nº 1SP 215.294/O-3

Tecumseh do Brasil Ltda.

CNPJ/MF nº 45.361.425/0001-64 – NIRE 35.202.650.439

Ata de Reunião de Sócias realizada em 18 de junho de 2025

A Reunião das Sócias da **Tecumseh do Brasil Ltda.**, instalada com a presença de representantes da totalidade do capital social, independentemente de convocação, presidida e secretariada pelo Sr. **Maurício Machado**, realizou-se às 10:00 horas do dia 18/06/2025, na sede social, na Rua Coronel José Augusto de Oliveira Salles, nº 478, Vila Izabel, São Carlos-SP. Na conformidade da Ordem do Dia, as seguintes deliberações foram tomadas, por unanimidade: **(a) Consignar** a renúncia, em 01/06/2025, do Sr. **Maximiliano de Souza Galvão**, RG nº 16.281.563-3 SSP/SP, e CPF/MF nº 073.990.428-02, ao cargo estatutário de **Diretor de Recursos Humanos**, conforme carta de renúncia de 01/06/2025, permanecendo o terceiro cargo de diretor estatutário, então ocupado pelo diretor renunciante, vago para futuro e oportuno preenchimento; e **(b) Consignar** que, em vista da deliberação acima, a sociedade será administrada pelos Srs. **(i) João Carlos Dobner Daniel**, RG nº 59.499.819-0 SSP/SP, e CPF/MF nº 710.909.089-20, designado **Diretor Gerente**; e **(ii) Julio Cesar Pilenso Filho**, RG nº 25.282.673-5 SSP/SP, e CPF/MF nº 195.551.048-24, designado **Diretor Financeiro**, com mandatos que se estenderão até o dia 01/07/2026. Os termos desta ata foram aprovados pelas sócias presentes, que a subscrevem. São Carlos, 18/06/2025. (aa) **Maurício Machado,** Presidente e Secretário da Mesa. p.p. **7510233 Canada INC. –** Maurício Machado; p.p. **Tecumseh Compressor Company LLC –** Maurício Machado. **Maurício Machado** – Presidente e Secretário da Mesa.

Renúncia Cargo de Estatutário

Prezados Senhores representantes da sociedade empresária Tecumseh do Brasil Ltda, eu, Maximiliano de Souza Galvão, portador da Carteira de Identidade RG nº 16.281.563-3, SSP/SP, CPF/MF sob nº 073.990.428-02, designado Diretor de Recursos Humanos, cumulando, atualmente, mandato de estatutário junto à Tecumseh do Brasil Ltda, CNPJ 45.361.425/0001-64 (matriz) e 45.361.425.0005-98 (filial), cuja eleição se operou em 01/07/2023 e mandato previsto para seu término em 01/07/2026, por meio desta, **comunico minha renúncia ao cargo de "Estatutário"** a partir de 01/06/2025 – data a ser considerada para todos os efeitos. São Carlos (SP), 01/06/2025. Maximiliano de Souza Galvão CPF 073.990.428-02. JUCESP – Registro nº 230.639/25-2 em 24/06/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Private Equity Holding VII – Delta S.A.

CNPJ/MF nº 46.265.635/0001-11 – NIRE 35.300.592.409

Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2025

1. Data, Hora e Local: 29/04/2025, às 11h00, na sede social da Companhia, na Rua do Rocio, nº 220, Edifício Atrium I, 9º andar, conjunto 92, parte, Vila Olímpia, São Paulo-SP. **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, em decorrência de estar presente o único acionista da Companhia, representando a totalidade do capital social. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **Marcos de Mello Mattos Haaland**, e secretariados pelo Sr. **Daniel Fisberg**. **4. Publicações:** Dispensadas as publicações legais dos anúncios e prazo de antecedência para disponibilização de documentos, a que se refere o artigo 133 § 4º da Lei das S.A., tendo sido publicados o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024, nas Publicações Legais do Jornal "Data Mercantil", no dia 28/03/2025, com divulgação simultânea no website do jornal (www.datamercantil.com.br/publicidadelegal), conforme as publicações constantes do **Anexo I**, nos termos dos artigos 289 da Lei das Sociedades por Ações e a Instrução Normativa nº 112 do Departamento de Registro Empresarial e Integração. Os documentos mencionados e os documentos pertinentes a assuntos constantes da ordem do dia foram também colocados à disposição do único acionista na sede da Companhia. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** a prestação de contas dos administradores, discussão e apreciação do relatório anual da administração, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhados das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024; **(ii)** a proposta da administração da Companhia de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2024; **(iii)** a reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; **(iv)** a remuneração global da administração da Companhia o exercício de 2025; e **(v)** a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários a fim de efetivar e cumprir as deliberações tomadas na presente Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"). **6. Deliberações:** Após a discussão das matérias constantes da ordem do dia, o único acionista, sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberou o quanto segue: **6.1.** Aprovar as contas dos administradores, o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras da Companhia, acompanhados das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, todos referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024. **6.2.** Aprovar a destinação do resultado negativo, conforme o prejuízo auferido no exercício social encerrado em 31/12/2024, no montante total de R$ 16.332.000,00, o qual será destinado a conta de prejuízos acumulados, conforme registrado nas demonstrações financeiras da Companhia, de forma que o único acionista não fará jus ao recebimento de dividendos com relação ao exercício social findo em 31/12/2024. **6.3.** Aprovar a reeleição dos Srs. (i) **Marcos de Mello Mattos Halland**, RG nº 9436493, SSP/SP, e CPF nº 108.082.398-05, ao cargo de Presidente do Conselho de Administração; (ii) **Daniel Fisberg**, RG nº 32.680.579 SSP/SP, e CPF nº 328.978.758-36, ao cargo de Membro do Conselho de Administração; e (iii) **Luis Felipe Françoso Pereira da Cruz**, RG nº 24.651.877-7 SSP/SP, CPF nº 282.996.318- 07, ao cargo de Membro do Conselho de Administração, todos com mandato unificado de 1 ano a contar desta data, até a data de realização da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social a se encerrar em 31/12/2025, permanecendo em seus cargos até a posse dos seus sucessores, conforme permite o § 4º do art. 150 da Lei das S.A.. **6.3.1.** Os Membros do Conselho de Administração, ora reeleitos conforme item 6.3. acima, tomam, posse em seus cargos mediante a assinatura dos respectivos termos de posse anexos à presente ata (**Anexo II**), os quais ficarão arquivados na sede da Companhia e lavrados no Livro de Registro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração, na forma da legislação aplicável, e aceitam o cargo para o qual foram reeleitos, declarando expressamente, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer suas funções por lei especial, em virtude de condenação criminal ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, nos termos do artigo 147, § 1º da Lei das S.A.. **6.4.** Aprovar o valor da remuneração global dos órgãos da administração da Companhia para o exercício a se encerrar em 31/12/2025, no valor de até R$ 9.259.784,00. **6.5.** Autorizar os administradores da Companhia a tomarem todas as providências necessárias para efetivar as deliberações ora tomadas, podendo assinar todo e qualquer documento necessário para tanto, nos termos do Estatuto Social da Companhia. **7. Encerramento:** Não havendo nada mais a tratar, o presidente declarou a presente Assembleia encerrada e suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata, na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o artigo 130, § 1º, da Lei das S.A., que lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes via plataforma Docusign. Os membros da mesa e o único acionista da Companhia presentes reconhecem e concordam com a assinatura por meio da referida plataforma, atestando sua veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia. São Paulo/SP, 29/04/2025. (ass.:) **Mesa: Marcos de Mello Mattos Haaland** – Presidente; **Daniel Fisberg** – Secretário. **Acionista: Pátria Private Equity Fund VII – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia** *Por: BRL Trust Investimentos Ltda.* Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 216.595/25-3 em 30/06/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Fraction 019
Administração de Bem Próprio S.A.

CNPJ/MF nº 39.777.282/0001-73

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2024 e 31/12/2023 *(Valores expressos em Reais)*

Balanço Patrimonial

Ativo	31/12/2024	31/12/2023
Ativo Circulante	**100,00**	**100,00**
Disponibilidades	**100,00**	**100,00**
Caixa e bancos	100,00	100,00
Ativo Não Circulante	**35.205.612,27**	**35.219.162,27**
Investimentos	**35.205.612,27**	**35.219.162,27**
Outros investimentos	35.205.612,27	35.219.162,27
Total do Ativo	**35.205.712,27**	**35.219.262,27**
Passivo	**31/12/24**	**31/12/23**
Passivo Circulante	**44.122,44**	**–**
Outras Obrigações	**44.122,44**	**–**
Demais impostos e contribuições a recolher	3.075,40	–
Diversos	41.047,04	–
Passivo Não Circulante	**8.165,93**	**–**
Exigível a Longo Prazo	**8.165,93**	**–**
Outras Obrigações	**8.165,93**	**–**
Diversos	8.165,93	–
Patrimônio Líquido	**35.153.423,90**	**35.219.262,27**
Capital:	37.248.970,90	100,00
De domiciliados no país	37.248.970,90	100,00
Reservas de capital	–	37.248.870,90
Lucros/(Prejuízos) acumulados	(2.095.547,00)	(2.029.708,63)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**35.205.712,27**	**35.219.262,27**

Demonstração do Resultado do Exercício

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado Bruto	**–**	**–**
Despesas/Receitas Operacionais	(65.761,56)	(1.047,00)
Despesas com Vendas		
Despesas Gerais e Administrativas	(52.211,56)	(1.047,00)
Outras despesas administrativas	(50.636,62)	(1.047,00)
Despesas tributarias	(1.574,94)	–
Outras Despesas Operacionais	(13.550,00)	–
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	**(65.761,56)**	**(1.047,00)**
Resultado Financeiro	**(76,81)**	**–**
Despesas Financeiras	(76,81)	–
Despesas com obrigações por empréstimos	(76,81)	–
Lucro/ (Prejuízo) do Período	**(65.838,37)**	**(1.047,00)**
Nº de Quotas:	37.248.970	100

A Diretoria

Ignis Contábil Ltda., Nivia Maria Gonçalves – Contadora CRC nº 1SP 215.294/O-3

Fraction 048
Administração de Bem Próprio S.A.

CNPJ/MF nº 54.319.924/0001-84

Demonstrações Financeiras referente ao exercício social encerrado em 31/12/2024 *(Valores expressos em Reais)*

Balanço Patrimonial

Ativo	31/12/2024	Passivo	31/12/2024
Ativo Circulante	**101,00**	**Passivo Circulante**	**16.205,61**
Disponibilidades	**101,00**	**Outras Obrigações**	**16.205,61**
Caixa e bancos	101,00	Diversos	16.205,61
Ativo Não Circulante	**36.625.712,20**	**Patrimônio Líquido**	**36.609.607,59**
Imobilizado de Uso	**36.625.712,20**	Capital:	101,00
Terrenos	36.625.712,20	De domiciliados no país	101,00
		Reservas de capital	36.625.712,20
		Lucros/(Prejuízos) acumulados	(16.205,61)
Total do Ativo	**36.625.813,20**	**Total do Passivo e Patrimônio Líquido**	**36.625.813,20**

Demonstração do Resultado do Exercício

	31/12/2024		31/12/2024
Despesas/Receitas Operacionais	(16.205,61)	**Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro**	**–**
Despesas Gerais e Administrativas	(16.205,61)	**Lucro/ (Prejuízo) do Exercício**	**(16.205,61)**
Despesas tributárias	(16.205,61)	Nº de Ações	101
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	**(16.205,61)**	Lucro (prejuízo) por Ação:	(160,45)

A Diretoria

Ignis Contábil Ltda., Nivia Maria Gonçalves – Contadora CRC nº 1SP 215.294/O-3

PUBLICIDADE LEGAL

Fraction 045
Administração de Bem Próprio S.A.

CNPJ/MF nº 49.009.431/0001-08

Demonstrações Financeiras referente ao exercício social encerrado em 31/12/2024 *(Valores expressos em Reais)*

Balanço Patrimonial

Ativo	**31/12/2024**	**Passivo**	**31/12/2024**
Ativo Circulante	**185.122,51**	**Passivo Circulante**	**1.908.027,15**
Disponibilidades	**157.675,70**	**Outras Obrigações**	**1.908.027,15**
Caixa e bancos	157.675,70	Demais impostos e contribuições a recolher	285.349,55
Outros Créditos	**27.446,81**	Provisões para pagamentos a efetuar	1.622.677,60
Diversos	27.446,81	**Passivo Não Circulante**	**30.539.161,24**
Ativo Não Circulante	**132.104.888,58**	**Outras Obrigações**	**30.539.161,24**
Outros Créditos	**20.541.176,38**	Valores a pagar a sócios cotistas	30.539.161,24
Valores a receber de sociedades ligadas	20.541.176,38	**Patrimônio Líquido**	**99.842.822,70**
Imobilizado de Uso	**111.563.712,20**	Capital:	101,00
Terrenos	111.563.712,20	De domiciliados no país	101,00
		Reservas de capital	111.563.712,20
		Reservas de lucros	(11.720.990,50)
Total do Ativo	**132.290.011,09**	**Total do Passivo e Patrimônio Líquido**	**132.290.011,09**

Demonstração do Resultado do Exercício

	31/12/2024		**31/12/2024**
Despesas/Receitas Operacionais	(11.720.943,81)	Variações monetárias e cambiais passivas	(46,69)
Despesas Gerais e Administrativas	(11.720.943,81)	**Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro**	**(11.720.990,50)**
Outras despesas administrativas	(11.686.587,14)	**Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro**	**–**
Despesas tributárias	(34.356,67)	**Lucro/ (Prejuízo) do Exercício**	**(11.720.990,50)**
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	**(11.720.943,81)**	Nº de Ações	101
Resultado Financeiro	**(46,69)**	Lucro (prejuízo) por Ação:	(116.049,41)
Despesas Financeiras	(46,69)		

A Diretoria

Ignis Contábil Ltda., Nivia Maria Gonçalves – Contadora CRC nº 1SP 215.294/O-3

Fraction 047
Administração de Bem Próprio S.A.

CNPJ/MF nº 54.319.964/0001-26

Demonstrações Financeiras referente ao exercício social encerrado em 31/12/2024 *(Valores expressos em Reais)*

Balanço Patrimonial

Ativo	**31/12/24**	**Passivo**	**31/12/2024**
Ativo Circulante	**101,00**	**Passivo Circulante**	**16.387,92**
Disponibilidades	**101,00**	**Outras Obrigações**	**16.387,92**
Caixa e bancos	101,00	Diversos	16.387,92
Ativo Não Circulante	**37.020.712,20**	**Patrimônio Líquido**	**37.004.425,28**
Imobilizado de Uso	**37.020.712,20**	Capital:	101,00
Terrenos	37.020.712,20	De domiciliados no país	101,00
		Reservas de capital	37.020.712,20
		Lucros/(Prejuízos) acumulados	(16.387,92)
Total do Ativo	**37.020.813,20**	**Total do Passivo e Patrimônio Líquido**	**37.020.813,20**

Demonstração do Resultado do Exercício

	31/12/2024		**31/12/2024**
Despesas/Receitas Operacionais	(16.387,92)	**Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro**	**–**
Despesas Gerais e Administrativas	(16.387,92)	**Lucro/ (Prejuízo) do Exercício**	**(16.387,92)**
Despesas tributárias	(16.387,92)	Nº de Ações	101
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	**(16.387,92)**	Lucro (prejuízo) por Ação:	(162,26)

A Diretoria

Ignis Contábil Ltda., Nivia Maria Gonçalves – Contadora CRC nº 1SP 215.294/O-3

Fraction 050
Administração de Bem Próprio S.A.

CNPJ/MF nº 55.225.822/0001-62

Demonstrações Financeiras referente ao exercício social encerrado em 31/12/2024 *(Valores expressos em Reais)*

Balanço Patrimonial

Ativo	**31/12/2024**	**Passivo**	**31/12/2024**
Ativo Circulante	**101,00**	**Passivo Circulante**	**10.128,51**
Disponibilidades	**101,00**	**Outras Obrigações**	**10.128,51**
Caixa e bancos	101,00	Diversos	10.128,51
Ativo Não Circulante	**23.364.721,80**	**Patrimônio Líquido**	**23.354.694,29**
Imobilizado de Uso	**23.364.721,80**	Capital:	101,00
Terrenos	23.364.721,80	De domiciliados no país	101,00
		Reservas de capital	23.364.721,80
		Lucros/(Prejuízos) acumulados	(10.128,51)
Total do Ativo	**23.364.822,80**	**Total do Passivo e Patrimônio Líquido**	**23.364.822,80**

Demonstração do Resultado do Exercício

	31/12/2024		**31/12/2024**
Despesas/Receitas Operacionais	(10.128,51)	**Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro**	**–**
Despesas Gerais e Administrativas	(10.128,51)	**Lucro/ (Prejuízo) do Exercício**	**(10.128,51)**
Despesas tributárias	(10.128,51)	Nº de Ações	101
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	**(10.128,51)**	Lucro (prejuízo) por Ação:	(100,28)

A Diretoria

Ignis Contábil Ltda., Nivia Maria Gonçalves – Contadora CRC nº 1SP 215.294/O-3

PS-FMV Administração de Bem Próprio S.A.

CNPJ/MF nº 49.009.072/0001-99

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2024 e 31/12/2023 *(Valores expressos em Reais)*

Balanço Patrimonial

Ativo	**31/12/24**	**31/12/23**
Ativo Circulante	**101,00**	**101,00**
Disponibilidades	**101,00**	**101,00**
Caixa e Bancos	101,00	101,00
Total do Ativo	**101,00**	**101,00**
Passivo	**31/12/24**	**31/12/23**
Passivo Circulante	**–**	**–**
Patrimônio Líquido	**101,00**	**101,00**
Capital:	101,00	101,00
De Domiciliados no País	101,00	101,00
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**101,00**	**101,00**

Demonstração do Resultado do Exercício

	31/12/24	**31/12/23**
Despesas/Receitas Operacionais	(1.604,65)	–
Despesas Gerais e Administrativas	(1.604,65)	–
Outras despesas administrativas	(1.604,65)	–
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	**(1.604,65)**	**–**
Resultado Financeiro	**1.604,65**	**–**
Receitas Financeiras	1.604,65	–
Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez	1.604,65	–
Lucro/ (Prejuízo) do Período	**–**	**–**
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	–	–
Atribuído a Sócios Não Controladores	–	–
Nº de Ações	101	101
Lucro (prejuízo) por Ação:	0,00	0,00

A Diretoria

Ignis Contábil Ltda., Nivia Maria Gonçalves – Contadora CRC nº 1SP 215.294/O-3

Monde Bleu
Administração de Bem Próprio S.A.

CNPJ/MF nº 49.009.413/0001-26

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2024 e 31/12/2023 *(Valores expressos em Reais)*

Balanço Patrimonial

Ativo	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Ativo Circulante	**309.514,37**	**230.853,45**
Disponibilidades	**145.625,23**	**230.488,03**
Caixa e bancos	145.625,23	230.488,03
Outros Créditos	**163.889,14**	**365,42**
Diversos	163.889,14	365,42
Ativo Não Circulante	**26.034.790,48**	**32.935.664,37**
Realizável a Longo Prazo	**159.134,42**	**35.304,36**
Outros Créditos	**159.134,42**	**35.304,36**
Diversos	159.134,42	35.304,36
Imobilizado de Uso	**25.875.656,06**	**32.900.360,01**
Outros bens do imob de uso	35.175.170,80	35.164.990,00
(Depreciações acumuladas)	(9.299.514,74)	(2.264.629,99)
Total do Ativo	**26.344.304,85**	**33.166.517,82**
Passivo	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Passivo Circulante	**30.785,29**	**7.688,48**
Outras Obrigações	**30.785,29**	**7.688,48**
Demais impostos e contribuições a recolher	1.902,08	1.438,49
Provisões para pagamentos a efetuar	147,82	–
Diversos	28.735,39	6.249,99
Passivo Não Circulante	**392.100,09**	**422.934,52**
Exigível a Longo Prazo	**392.100,09**	**422.934,52**
Outras Obrigações	**392.100,09**	**422.934,52**
Diversos	392.100,09	422.934,52
Patrimônio Líquido	**25.921.419,47**	**32.735.894,82**
Capital:	35.165.091,00	35.000.101,00
De domiciliados no país	35.165.091,00	35.000.101,00
Lucros/(Prejuízos) acumulados	(9.243.671,53)	(2.264.206,18)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**26.344.304,85**	**33.166.517,82**

Demonstração do Resultado do Exercício

	31/12/2024	**31/12/2023**
Resultado Bruto	**–**	**–**
Despesas/Receitas Operacionais	(6.981.369,60)	(2.264.650,66)
Despesas Gerais e Administrativas	(7.035.109,96)	(2.264.650,66)
Outras despesas administrativas	(7.035.021,42)	(2.264.629,99)
Despesas tributarias	(88,54)	(20,67)
Outras Receitas Operacionais	53.740,36	–
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	**(6.981.369,60)**	**(2.264.650,66)**
Resultado Financeiro	**1.904,25**	**444,48**
Receitas Financeiras	1.904,25	444,48
Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez	1.904,25	444,48
Lucro/ (Prejuízo) do Período	**(6.979.465,35)**	**(2.264.206,18)**
Nº de Quotas:	5.883.296	3.200.100
Lucro (prejuízo) por Quota:	(1,19)	(0,71)

A Diretoria

Ignis Contábil Ltda., Nivia Maria Gonçalves – Contadora CRC nº 1SP 215.294/O-3

Primeaviation 2 Participações S/A

CNPJ/MF nº 15.812.162/0001-00

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2024 e 31/12/2023 *(Valores expressos em Reais)*

Balanço Patrimonial

Ativo	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Ativo Circulante	**173.544.960,55**	**274.867.437,61**
Disponibilidades	**152.953.967,30**	**10,00**
Caixa e bancos	152.953.967,30	10,00
Aplicações Equivalentes de Caixa	**935.111,42**	**2.261.971,06**
Outros títulos de renda fixa	935.111,42	2.261.971,06
Títulos e Valores Mobiliários	**17.700.948,83**	**272.400.948,83**
Cessão de direitos – precatório	17.700.948,83	272.400.948,83
Outros Créditos	**1.954.933,00**	**204.507,72**
Créditos tributários	722.798,49	104.507,72
Diversos	1.232.134,51	100.000,00
Ativo Não Circulante	**1.246.568.151,60**	**607.866.821,81**
Títulos e Valores Mobiliários	**9.955.341,13**	**6.613.334,16**
Cotas de fundos de investimentos	9.955.341,13	6.613.334,16
Outros Créditos	**498.612.121,41**	**133.239.791,64**
Valores a receber de sociedades ligadas	421.604.621,41	133.239.791,64
Diversos	77.007.500,00	–
Investimentos	**732.349.569,69**	**462.182.670,70**
Particip. Coligadas/Controladas: No País	687.349.569,69	145.578.699,91
Outros investimentos	45.000.000,00	316.603.970,79
Imobilizado de Uso	**5.651.119,37**	**5.831.025,31**
Imóveis	3.804.859,87	3.551.755,72
Outros bens do imob de uso	2.372.348,29	2.366.155,96
(Depreciações acumuladas)	(526.088,79)	(86.886,37)
Total do Ativo	**1.420.113.112,15**	**882.734.259,42**
Passivo	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Passivo Circulante	**2.285.992,03**	**279.087,35**
Outras Obrigações	**2.285.992,03**	**279.087,35**
Demais impostos e contribuições a recolher	271.248,58	253.201,21
Provisões para pagamentos a efetuar	351.672,15	25.886,14
Diversos	1.663.071,30	–
Passivo Não Circulante	**1.238.885.859,29**	**867.936.016,26**
Exigível a Longo Prazo	**1.238.885.859,29**	**867.936.016,26**
Recursos de Debêntures	**555.943.746,71**	**320.428.890,53**
Empréstimos no Exterior	555.943.746,71	320.428.890,53
Outras Obrigações	**682.942.112,58**	**547.507.125,73**
Valores a para para sociedades ligadas	682.942.112,58	547.507.125,73
Patrimônio Líquido	**178.941.260,83**	**14.519.155,81**
Capital:	144.666.563,52	63.306.179,67
De domiciliados no país	144.666.563,52	63.306.179,67
Reservas de capital	–	81.360.383,46
Ajustes de avaliação patrimonial	(2.029.693,30)	(974.675,27)
Lucros/(Prejuízos) acumulados	36.304.390,61	(129.172.732,05)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**1.420.113.112,15**	**882.734.259,42**

Demonstração do Resultado do Exercício

	31/12/2024	**31/12/2023**
Despesas/Receitas Operacionais	(60.713.907,27)	(39.915.888,61)
Despesas Gerais e Administrativas	(49.015.066,77)	(27.436.254,61)
Outras despesas administrativas	(46.901.635,40)	(25.651.346,61)
Despesas tributárias	(1.927.333,10)	(1.599.133,12)
Despesas de depreciação e amortização	(186.098,27)	(185.774,88)
Outras Receitas Operacionais	–	6.675.611,30
Outras Despesas Operacionais	(11.698.840,50)	(19.155.245,30)
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	**(60.713.907,27)**	**(39.915.888,61)**
Resultado Financeiro	**24.879.450,95**	**6.964,05**
Receitas Financeiras	77.024.041,89	6.964,05
Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez	6.096.906,88	–
Rendas de títulos e valores mobiliários	260.746,60	6.964,05
Variações monetárias e cambiais Ativas	70.666.388,41	–
Despesas Financeiras	(52.144.590,94)	–
Prejuízos com títulos e valores mobiliários	(52.144.590,94)	–
Resultado de Equivalência Patrimonial	**201.311.578,98**	**(13.282.281,20)**
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	**165.477.122,66**	**(53.191.205,76)**
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	**–**	**–**
Lucro/ (Prejuízo) do Exercício	**165.477.122,66**	**(53.191.205,76)**
Nº de Ações	58.395.748	2.215.680
Lucro (prejuízo) por Ação:	2,83	(24,01)

A Diretoria

Ignis Contábil Ltda., Nivia Maria Gonçalves – Contadora CRC nº 1SP 215.294/O-3

Para orçamentos e outras informações :

comercial@datamercantil.com.br

Com Nova York, Ibovespa sobe 1,35%, a 140,9 mil pontos, em nova marca recorde

O Ibovespa escalou mais um degrau em sua trajetória de renovação de máximas históricas, superando marca intradia de 27 de maio e também a de fechamento, estabelecida na sessão do dia 20 daquele mesmo mês, ambas na casa dos 140 mil pontos.

Nesta quinta-feira, 3, o índice da B3 foi aos 141 mil, alcançando durante a sessão o recorde de 141.303,55 pontos e, no encerramento, ficou um pouco abaixo do limiar, aos 140.927,86, em alta de 1,35%. O giro mostrou-se acomodado, hoje a R$ 16,5 bilhões, limitado pela sessão mais curta em Nova York nesta véspera de feriado pela Independência dos Estados Unidos. Na semana, o Ibovespa avança 2,97% e, no mês, registra alta de 1,49% – no ano, o índice sobe 17,16%.

O desempenho histórico foi obtido mesmo sem apoio de Vale ON, a principal ação da carteira, que fechou o dia em baixa de 0,47%. Contudo, a sessão na B3 foi amplamente positiva para as ações de primeira linha, com destaque para os grandes bancos, como Bradesco (ON +2,12%, PN +2,38%) e Itaú (PN +2,47%), e para Petrobras (ON +0,46%, PN +0,34%). Apenas nove ações da carteira teórica do Ibovespa, de 84 papéis, chegaram ao fim da sessão no campo negativo. Na ponta ganhadora, Engie (+4,49%), Embraer (+4,42%), CVC (+4,18%) e Azzas (+3,74%). No lado oposto, BRF (-2,19%), Fleury (-1,46%), MRV (-1,44%) e Ambev (-1,25%).

IstoÉDinheiro

Eufrázio

PUBLICIDADE LEGAL

Petróleo fecha em queda, com possível retomada do diálogo EUA-Irã e dólar forte após payroll

Os contratos futuros do petróleo fecharam em queda nesta quinta-feira, 3, em meio a sinais de possível retomada das negociações nucleares entre EUA e Irã e expectativas para aumento da oferta dos principais países exportadores. O dólar forte também pressionou o óleo, após forte payroll de junho.

A commodity acentuou recuo após informações de que altas autoridades do Irã e dos Estados Unidos planejam retomar negociações nucleares em breve, após o cessar-fogo entre o país persa e Israel. Investidores ainda seguem com expectativas de que a Organização dos Países Exportadores de Petróleo e aliados (Opep+) anuncie um novo grande aumento de oferta na reunião deste domingo. O forte avanço do dólar, especialmente após a divulgação do payroll de junho, também ajudou a pressionar o óleo.

Na New York Mercantile Exchange (Nymex), o petróleo WTI para agosto fechou em queda de 0,67% (US$ 0,45), a US$ 67,00 o barril. Já o Brent para setembro, negociado na Intercontinental Exchange (ICE), recuou 0,45% (US$ 0,31), a US$ 68,80 o barril.

Segundo o Axios, o enviado especial da Casa Branca para o Oriente Médio, Steve Witkoff, está planejando se encontrar com o ministro das Relações Exteriores do Irã, Seyed Abbas Araghchi, já na semana que vem em Oslo, Noruega.

IstoÉDinheiro

PT-PVH Administração de Bem Próprio S.A.

CNPJ/MF nº 39.923.369/0001-01

Demonstrações Financeiras referente ao exercício social encerrado em 31/12/2024 *(Valores expressos em Reais)*

Balanço Patrimonial

Ativo	**31/12/24**	**Passivo**	**31/12/24**
Ativo Circulante	**5.478.770,98**	**Passivo Circulante**	**44.330,26**
Disponibilidades	**1,00**	**Outras Obrigações**	**44.330,26**
Caixa e Bancos	1,00	Demais Impostos e Contribuições a Recolher	3.401,05
Aplicações Equivalentes de Caixa	**777.629,46**	Diversos	40.929,21
Cotas de Fundos de Investimentos	277.557,58		
Outros Títulos de Renda Fixa	500.071,88		
Outros Créditos	**4.701.140,52**	**Passivo Não Circulante**	**14.395.015,90**
Créditos Tributários	62.844,48	**Exigível a Longo Prazo**	**14.395.015,90**
Diversos	4.638.296,04	**Outras Obrigações**	**14.395.015,90**
(-) Prov. p/ Outros Cred. Liq. Duvidosas	–	Diversos	14.395.015,90
Ativo Não Circulante	**15.855.904,79**		
Realizável a Longo Prazo	**2.161.044,00**	**Patrimônio Líquido**	**6.895.329,61**
Outros Créditos	**2.161.044,00**	Capital:	14.816.196,77
Diversos	2.161.044,00	De Domiciliados no País	22.224.295,15
Imobilizado de Uso	**13.694.860,79**	(Capital a Realizar)	(7.408.098,38)
Outros Bens do Imob de Uso	21.902.043,24	Lucros/(prejuízos) Acumulados	(7.920.867,16)
(depreciações Acumuladas)	(8.207.182,45)		
Total do Ativo	**21.334.675,77**	**Total do Passivo e Patrimônio Líquido**	**21.334.675,77**

Demonstração do Resultado do Exercício

	31/12/24		**31/12/24**
Despesas/Receitas Operacionais	(2.193.445,28)	**Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro**	**(2.123.517,89)**
Despesas Gerais e Administrativas	(2.193.445,28)	**Resultado Líquido das Operações Continuadas**	**(2.123.517,89)**
Outras despesas administrativas	(2.190.204,36)	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Op. Descontinuadas	
Despesas tributarias	(3.240,92)	**Lucro/ (Prejuízo) do Período**	**(2.123.517,89)**
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	**(2.193.445,28)**	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	(2.123.517,89)
Resultado Financeiro	**69.927,39**	Atribuído a Sócios Não Controladores	–
Receitas Financeiras	69.927,39	Nº de Ações	845.328
Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez	65.552,27	Lucro (prejuízo) por Ação:	(2,51)
Rendas de títulos e valores mobiliários	230,12		
Variações monetárias e cambiais Ativas	4.145,00		

A Diretoria

Ignis Contábil Ltda., Nivia Maria Gonçalves – Contadora CRC nº 1SP 215.294/O-3

Prime PT-XGS Administração de Bem Próprio S.A.

CNPJ/MF nº 23.568.425/0001-05

Demonstrações Financeiras referente ao exercício social encerrado em 31/12/2024 *(Valores expressos em Reais)*

Balanço Patrimonial

Ativo	**31/12/24**	**Passivo**	**31/12/24**
Ativo Circulante	**451.593,52**	**Passivo Circulante**	**2.420.830,37**
Disponibilidades	**1,00**	**Obrigações por Empréstimos**	**2.361.665,20**
Caixa e Bancos	1,00	Empréstimos no País	2.361.665,20
Aplicações Equivalentes de Caixa	**372.138,94**	**Outras Obrigações**	**59.165,17**
Cotas de Fundos de Investimentos	6.968,61	Demais Impostos e Contribuições a Recolher	20.162,35
Outros Títulos de Renda Fixa	365.170,33	Provisões para Pagamentos a Efetuar	39.002,82
Outros Créditos	**79.453,58**	**Passivo Não Circulante**	**6.905.243,16**
Créditos Tributários	79.453,58	**Exigível a Longo Prazo**	**6.905.243,16**
Ativo Não Circulante	**9.981.800,02**	**Outras Obrigações**	**6.905.243,16**
Realizável a Longo Prazo	**8.048.466,48**	Diversos	6.905.243,16
Outros Créditos	**8.048.466,48**	**Patrimônio Líquido**	**1.107.320,01**
Diversos	8.048.466,48	Capital:	4.000.100,00
Imobilizado de Uso	**1.933.333,54**	De Domiciliados no País	4.000.100,00
Outros Bens do Imob de Uso	4.000.000,00	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	(2.892.779,99)
(Depreciações Acumuladas)	(2.066.666,46)	**Patrimônio Liquido Atribuível aos Controladores**	**1.107.320,01**
Total do Ativo	**10.433.393,54**	**Total do Passivo e Patrimônio Líquido**	**10.433.393,54**

Demonstração do Resultado do Exercício

	31/12/24		**31/12/24**
Despesas/Receitas Operacionais	(400.449,85)	**Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro**	**(390.774,30)**
Despesas Gerais e Administrativas	(400.449,85)	**Resultado Líquido das Operações Continuadas**	**(390.774,30)**
Outras despesas administrativas	(399.999,96)	**Lucro/ (Prejuízo) do Período**	**(390.774,30)**
Despesas tributarias	(449,89)	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	(390.774,30)
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	**(400.449,85)**	Atribuído a Sócios Não Controladores	–
Resultado Financeiro	**9.675,55**	Nº de Ações	845.328
Receitas Financeiras	9.675,55	Lucro (prejuízo) por Ação:	(0,46)
Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez	2.813,38		
Variações monetárias e cambiais Ativas	6.862,17		

A Diretoria

Ignis Contábil Ltda., Nivia Maria Gonçalves – Contadora CRC nº 1SP 215.294/O-3

PS-MGG Administração de Bem Próprio S.A.

CNPJ/MF nº 49.040.895/0001-87

Demonstrações Financeiras referente ao exercício social encerrado em 31/12/2024 *(Valores expressos em Reais)*

Balanço Patrimonial

Ativo	**31/12/24**	**Passivo**	**31/12/24**
Ativo Circulante	**1.978.797,42**	**Passivo Circulante**	**265.980.943,70**
Disponibilidades	**1,00**	**Outras Obrigações**	**265.980.943,70**
Caixa e Bancos	1,00	Demais Impostos e Contribuições a Recolher	5.359,17
Aplicações Equivalentes de Caixa	**1.978.796,42**	Provisões para Pagamentos a Efetuar	265.975.584,53
Outros Títulos de Renda Fixa	1.978.796,42	**Passivo Não Circulante**	**261.225.197,08**
Ativo Não Circulante	**522.128.930,08**	**Exigível a Longo Prazo**	**261.225.197,08**
Outros Créditos	**1.490.000,00**	**Outras Obrigações**	**261.225.197,08**
Diversos	1.490.000,00	Diversos	261.225.197,08
Imobilizado de Uso	**520.638.930,08**	**Patrimônio Líquido**	**(3.098.413,28)**
Outros Bens do Imob de Uso	524.303.416,32	Capital:	1.500.101,00
(depreciações Acumuladas)	(3.664.486,24)	De Domiciliados no País	1.500.101,00
		Lucros/(Prejuízos) Acumulados	(4.598.514,28)
Total do Ativo	**524.107.727,50**	**Total do Passivo e Patrimônio Líquido**	**524.107.727,50**

Demonstração do Resultado do Exercício

	31/12/24		**31/12/24**
Despesas/Receitas Operacionais	(4.599.149,88)	Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez	663,37
Despesas Gerais e Administrativas	(934.535,19)	Despesas Financeiras	(27,77)
Despesas com pessoal	(421,04)	Prejuízos com títulos e valores mobiliários	(27,77)
Outras despesas administrativas	(934.083,30)	**Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro**	**(4.598.514,28)**
Despesas tributárias	(30,85)	**Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro**	**–**
Despesas de depreciação e amortização	(3.664.486,24)	**Lucro/ (Prejuízo) do Exercício**	**(4.598.514,28)**
Outras Despesas Operacionais	(128,45)	Nº de Ações	1.500.101
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	**(4.599.149,88)**	Lucro (prejuízo) por Ação:	(3,07)
Resultado Financeiro	**635,60**		
Receitas Financeiras	663,37		

A Diretoria

Ignis Contábil Ltda., Nivia Maria Gonçalves – Contadora CRC nº 1SP 215.294/O-3

Prime Aviation Participações e Serviços S.A.

CNPJ/MF nº 10.534.900/0001-72

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2024 e 31/12/2023 *(Valores expressos em Reais)*

Balanço Patrimonial

Ativo	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.319.163	446.802
Contas a receber	4.944.388	3.715.987
Redução ao valor recuperável	(788.254)	(120.680)
Créditos diversos	534.580	153.371
Impostos a recuperar	196.776	100.471
Outros valores e bens	432.446	84.978
Total do ativo circulante	**6.639.099**	**4.380.929**
Não circulante		
Créditos diversos	21.271.077	11.560.858
Investimentos	200.073	200.000
Imobilizado	2.973.296	3.467.630
Intangível	330	330
Direito de uso em arrendamento	1.238.091	1.768.702
Total do ativo não circulante	**25.682.868**	**16.997.521**
Total do ativo	**32.321.967**	**21.378.449**
Passivo e patrimônio líquido	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Circulante		
Empréstimos no país	5.348.497	–
Obrigações tributárias	1.091.635	725.961
Obrigações trabalhistas	924.249	585.679
Outras contas a pagar	284.502	13.806.738
Arrendamento a pagar	1.255.525	1.757.472
Total do passivo circulante	**8.904.407**	**16.875.849**
Não circulante		
Empréstimos no país	7.965.192	–
Credores diversos	4.955.357	–
Total do passivo não circulante	**12.920.549**	**–**
Patrimônio líquido		
Capital social	914.756	914.756
Reserva legal	182.951	182.951
Reserva especial	9.399.303	3.404.893
Total do patrimônio líquido	**10.497.010**	**4.502.600**
Total do passivo e patrimônio líquido	**32.321.967**	**21.378.449**

Demonstração do Resultado do Exercício

	31/12/2024	**31/12/2023**
Receita de venda de bens e/ou serviços		
Receita líquida de prestação de serviços	26.689.208	16.987.272
Receita líquida operacional	**26.689.208**	**16.987.272**
Despesas gerais e administrativas		
Outras despesas administrativas e pessoais	(15.601.035)	(11.686.725)
Despesas tributárias	(140.463)	(58.267)
Despesas de depreciação e amortização	(962.609)	(881.360)
Provisões operacionais	(667.574)	17.818
Outras receitas e despesas operacionais	8.786	(889.621)
(=) Resultado operacional	**9.326.312**	**3.489.116**
Resultado financeiro	**(258.027)**	**(107.674)**
Resultado não operacional	**77.664**	**–**
Lucro líquido do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	**9.145.950**	**3.381.441**
(-) Imposto de Renda corrente	(2.274.191)	(1.434.593)
(-) Contribuição Social corrente	(827.349)	(525.094)
(=) Lucro líquido do exercício	**6.044.409**	**1.421.755**
Nº de ações	659.213	659.213
Lucro por ação	9,17	2,16

A Diretoria

Ignis Contábil Ltda., Nivia Maria Gonçalves – Contadora CRC nº 1SP 215.294/O-3

Zhou Administração de Bem Próprio S.A.

CNPJ/MF nº 23.568.401/0001-48

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2024 e 31/12/2023 *(Valores expressos em Reais)*

Balanço Patrimonial

Ativo	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Ativo Circulante	**46.083,06**	**80.883,69**
Disponibilidades	**1,00**	**1,00**
Caixa e bancos	1,00	1,00
Aplicações Equivalentes de Caixa	**547,62**	**20.233,15**
Cotas de fundos de investimentos	547,62	20.233,15
Títulos e Valores Mobiliários	**39.029,36**	**56.530,96**
Outros títulos de renda fixa	39.029,36	56.530,96
Outros Créditos	**6.505,08**	**4.118,58**
Créditos tributários	4.966,28	–
Diversos	1.538,80	4.118,58
Ativo Não Circulante	**250.829,07**	**31.653,64**
Realizável a Longo Prazo	**250.829,07**	**31.653,64**
Outros Créditos	**250.829,07**	**31.653,64**
Diversos	250.829,07	31.653,64
Imobilizado de Uso	**–**	**–**
Outros bens do imob de uso	3.200.000,00	3.200.000,00
(Depreciações acumuladas)	(3.200.000,00)	(3.200.000,00)
Total do Ativo	**296.912,13**	**112.537,33**
Passivo	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Passivo Circulante	**19.489,27**	**41.954,02**
Outras Obrigações	**19.489,27**	**41.954,02**
Impostos e contribuições sobre salários	–	4.650,45
Demais impostos e contribuições a recolher	2.157,36	1.904,39
Provisões para pagamentos a efetuar	16.639,23	11.528,23
Diversos	692,68	23.870,95
Passivo Não Circulante	**244.338,21**	**39.365,25**
Exigível a Longo Prazo	**244.338,21**	**39.365,25**
Outras Obrigações	**244.338,21**	**39.365,25**
Diversos	244.338,21	39.365,25
Patrimônio Líquido	**33.084,65**	**31.218,06**
Capital:	3.200.100,00	3.200.100,00
De domiciliados no país	3.200.100,00	3.200.100,00
Lucros/(Prejuízos) acumulados	(3.167.015,35)	(3.168.881,94)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**296.912,13**	**112.537,33**

Demonstração do Resultado do Exercício

	31/12/2024	**31/12/2023**
Despesas/Receitas Operacionais	(109,41)	(489.414,11)
Despesas Gerais e Administrativas	(109,41)	(489.414,11)
Outras despesas administrativas	–	(488.602,32)
Despesas tributarias	(109,41)	(811,79)
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	**(109,41)**	**(489.414,11)**
Resultado Financeiro	**2.352,91**	**18.750,79**
Receitas Financeiras	2.352,91	18.750,79
Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez	1.922,52	17.457,80
Rendas de títulos e valores mobiliários	–	1.292,99
Variações monetárias e cambiais Ativas	430,39	–
Resultado de Equivalência Patrimonial	**–**	**–**
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	**2.243,50**	**(470.663,32)**
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	**(376,91)**	**–**
Imposto de renda	(235,57)	–
Corrente	(235,57)	–
Contribuição social	(141,34)	–
Corrente	(141,34)	–
Resultado Líquido das Operações Continuadas	**1.866,59**	**(470.663,32)**
Lucro/ (Prejuízo) do Período	**1.866,59**	**(470.663,32)**
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.866,59	(470.663,32)
Atribuído a Sócios Não Controladores	–	–
Nº de Ações	3.200.100	3.200.100
Lucro (prejuízo) por Ação:	0,00	(0,15)

A Diretoria

Ignis Contábil Ltda., Nivia Maria Gonçalves – Contadora CRC nº 1SP 215.294/O-3

comercial@datamercantil.com.br

NEGÓCIOS

Wise aposta no Brasil para expandir crescimento na América Latina



A Wise, fintech global especializada em câmbio, definiu o Brasil como seu novo hub e polo central para os negócios na América Latina.

Amaral diz que o Brasil é visto como um centro de desenvolvimento de tecnologia financeira, sobretudo no que tange produtos para fintechs.

Entre agosto de 2024 e julho deste ano, a empresa registrou um crescimento de 50% no número de cartões emitidos, totalizando 3 milhões.

Seguindo essa aposta, a Wise lançou um novo produto para seus clientes poderem fazer seus recursos em moeda estrangeira renderem com facilidade, em parceria com a Genial Investimentos.

O produto consiste em realizar uma ponte para o usuário aplicar dólar, libra ou euro em fundos de títulos públicos destas economias. Segundo Amaral, o diferencial competitivo da opção está na variedade de divisas a serem escolhidas e o acesso fácil aos recursos.

Segundo a Wise, 90% dos saldos mantidos por seus usuários brasileiros estão em moeda estrangeira, com 80% desses valores especificamente em dólares, euros ou libras esterlinas.

"Nossos clientes têm nos dito que desejam uma forma simples e transparente de obter retorno sobre os valores que mantêm com a Wise em outras moedas. A partir deste feedback, desenvolvemos algo diferente de uma conta poupança tradicional ou de uma plataforma de investimentos", disse Amaral.

Adicionalmente, a Wise também disse que está reforçando seu investimento no Brasil, com a expansão do seu escritório em São Paulo e a previsão de dobrar o número de funcionários no país até o fim de 2025, dos atuais cerca de 350.

CNN

Festas juninas puxam alta de mais de 11% no comércio de São Paulo

O mês de junho é tradicionalmente movimentado pelas festas juninas, seja nas igrejas, escolas ou até em casa, e as pessoas se preparam para aproveitar essa comemoração.

Segundo pesquisa do Instituto Locomotiva e QuestionPro, quatro em cada dez brasileiros pretendem gastar mais de R$ 200 nos festejos de São João.

Essa intenção se destaca no Nordeste, seguido pelas regiões Norte e Sudeste.

Os gastos envolvem desde alimentos e bebidas, roupas, adereços e ingressos para festas.

Já 52% dos 1,5 mil entrevistados disseram que vão gastar até R$ 200 e somente 7% afirmaram que não pretendem desembolsar nenhum valor neste período.

Mesmo que mais de 80% das pessoas pretendam participar de alguma atividade relacionada às festas juninas este ano, controlar os gastos se mostra recorrente: mais da metade dos entrevistados (51%) indicou que querem ir a algum festejo de rua sem pagar.

Enquanto 41% afirmaram que devem ir a uma festa junina na casa de amigos ou familiares, e 37% apontaram comparecer à comemoração em igrejas ou quermesses.

Projeções feitas a pedido da CNN estimavam que as festas de Santo Antônio, São Pedro e São João poderiam movimentar até R$ 7,4 bilhões neste ano. O valor está concentrado no comércio e no turismo, com maior destaque para as áreas de alimentos e têxtil.

CNN



C&M diz que foi vítima de uma 'ação criminosa externa' e que sistemas críticos seguem íntegros



A C&M Software divulgou na tarde desta quinta-feira, 3, novas informações sobre o incidente de segurança que resultou em um desvio de ao menos R$ 800 milhões na última terça-feira, 1º, um dos maiores já registrados no sistema financeiro do país.

Em um artigo publicado no seu site, a empresa nega responsabilidade pelo incidente e diz que foi vítima de uma "ação criminosa externa", originada a partir da violação do ambiente de um cliente, cujas credenciais de integração foram indevidamente utilizadas.

"A CMSW é vítima da ação criminosa, tanto pelo uso fraudulento de seus serviços quanto pela exposição gerada por credenciais externas comprometida", diz a empresa. "Não houve invasão direta aos sistemas da CMSW. Os sistemas críticos seguem íntegros e operacionais."

Segundo a prestadora de serviços, o ataque foi executado a partir de uma simulação fraudulenta de integração, em que um terceiro usou as credenciais legítimas de um cliente para acessar os serviços como se fosse uma instituição financeira autorizada.

A C&M é uma multinacional que interliga algumas instituições financeiras ao Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), inclusive o Pix. Mais cedo, a empresa obteve autorização do Banco Central para retomar parcialmente a prestação de serviços.

A C&M disse que conduz um "diálogo maduro e técnico" com o Banco Central não apenas para solucionar este episódio, mas para contribuir com o aperfeiçoamento da governança do ecossistema de pagamentos. Informou, ainda, que "permanece em regime de acompanhamento próximo pelas autoridades, mas não há mais impedimento regulatório para a operação do Pix."

A empresa afirma, ainda, que algumas funcionalidades do "Corner", o seu sistema de integração para a infraestrutura de pagamentos, ajudam a evitar esse tipo de incidente, mas que seus clientes têm autonomia para não usar todas as seguranças.

IstoÉDinheiro